

**P A E**  
**D S**   
**III P V H**

Plano de Ação Estratégico para  
Desenvolvimento Sustentável do  
município de Porto Velho 2030 2050

# APRESENTAÇÃO

Este documento, denominado Modelo de Governança, refere-se à 10ª entrega do Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho (PAEDS-PVH 2030-2050), conforme o contrato de prestação de serviços nº 01/2024-ADPVH, estabelecido entre a extinta Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho (ADPVH) e a Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), resultante do edital de concorrência nº 001/2023/SML/PVH.

# sumário

## 1. INTRODUÇÃO

## 2. GOVERNANÇA PÚBLICA

- 2.1 Base Conceitual
- 2.2 Referência Legal da Governança de Porto Velho

## 3. MODELO DE GOVERNANÇA DO PAEDS

- 3.1 Estruturação da Governança do PAEDS
- 3.2 Modelo de Governança para o Poder Público Municipal
- 3.3 Modelo de Governança para a Sociedade Civil Organizada

## 4. ARTICULAÇÃO, AVALIAÇÃO E APRIMORAMENTO

- 4.1 Articulação, Controle, Monitoramento e Avaliação
- 4.2 Integração com ciclos orçamentários
- 4.3 Indicadores de desempenho
- 4.4 Sistema de informações PAEDS

## 5. GESTÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS

- 5.1 Estrutura Analítica de Projetos
- 5.2 Funcionamento
- 5.3 Estrutura
- 5.4 Perfil da Equipe

## 6. ORGANOGRAMA INTEGRADO DA GOVERNANÇA DO PAEDS-PVH

## 7. CRONOGRAMA

## ANEXOS


**ANEXO 1** - Plano Diretor de Integração Logística e Industrial de Porto Velho - PDILI - revisado com base no modelo de gestão

**ANEXO 2** - Projetos estratégicos - quadro síntese

# 1. INTRODUÇÃO

O conteúdo deste documento apresenta uma proposta geral de governança para a implementação do PAEDS-PVH, contendo conceitos, referências legais e a arquitetura institucional, em conformidade com o Termo de Referência (TR). O modelo de governança proposto está organizado em dois modelos interdependentes: o primeiro é voltado para o poder público municipal, cujo objetivo é a gestão do PAEDS enquanto política pública, implementação de projetos e avaliação de resultados; o segundo é orientado para participação da sociedade civil organizada cujo objetivo é a articulação com órgãos colegiados e terceiro setor.

Cumprir mencionar que a presente proposta ocorre no momento de reestruturação da administração municipal, objeto da Lei Complementar Municipal nº 1.000 de 07 de janeiro de 2025 sobre a nova organização básica da administração municipal.



Considerando que o PAEDS-PVH é um plano de longo prazo, cobrindo horizonte de tempo que avança até 2050, e, portanto, ultrapassando o ciclo de mandatos políticos, o modelo de governança tem como princípio basilar, **promover uma institucionalidade formal que permita integrar as visões e prioridades das diferentes gestões públicas com as demandas e propostas da sociedade civil organizada**, levando em conta os cenários, ideias-força e projetos que formam o Plano.

Neste sentido, **o modelo de governança contempla também procedimentos periódicos de avaliação e revisão participativas do Plano, práticas de gestão e gerenciamento de projetos e acompanhamento de resultado**, inclusive, em parte já adotados, como o sistema de avaliação do PDM PVH.

Este documento contém seis capítulos além desta introdução. O capítulo 2 apresenta uma resenha dos principais e mais recentes fundamentos da governança voltada para políticas públicas e gestão de projetos integrando, princípios de ética, “accountability” e transparência. No capítulo 3 consta o modelo de governança do PAEDS, relacionando esses fundamentos ao contexto do PAEDS e da gestão pública municipal e, na sequência, apresenta-se uma proposta de governança estratégica integrando tanto o modelo da administração pública como o da sociedade civil organizada. O capítulo 4 contempla o modelo de avaliação e aprimoramento do Plano. Os capítulos 5 e 6 apresentam o organograma e os papéis e responsabilidades de cada agente na estrutura de governança do PAEDS, respectivamente. O capítulo 7 finaliza o documento com uma proposta de cronograma.

# 2. GOVERNANÇA PÚBLICA

## 2.1 Base Conceitual

Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), **Governança** corresponde à organização de um conjunto de institucionalidades e regras voltado à avaliação, direcionamento e monitoramento da gestão de políticas públicas. Seu propósito primordial é assegurar a efetividade dessas políticas, maximizar seus impactos e promover a transparência e o acesso público à informação.

**Gestão pública**, por sua vez, pode ser entendida como o conjunto de atividades coordenadas que visam o alcance dos objetivos de uma organização pública, por meio da utilização eficiente e eficaz dos recursos disponíveis.

No documento "10 Passos para a Boa Governança" de 2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) estabelece uma distinção clara entre os conceitos de **gestão e governança, ressaltando que, embora interligados, cada um desempenha um papel distinto e fundamental na administração pública.**

---

1. **Gestão**, definida como a função realizadora, abrange as atividades operacionais e de execução, tais como:

- **Planejar**: definir objetivos, metas, estratégias e ações para alcançar os resultados desejados.
- **Executar**: implementar as ações planejadas, mobilizando recursos e equipes para alcançar os objetivos.
- **Controlar**: monitorar o progresso das ações, identificar desvios e implementar medidas corretivas para garantir o alcance dos resultados.

**Governança**, por sua vez, é definida como a função diretiva, que estabelece o rumo e as diretrizes para a gestão. Suas principais atividades incluem:

- **Avaliar**: analisar o ambiente interno e externo, identificar oportunidades e ameaças, avaliar o desempenho da organização e os resultados alcançados em relação aos grandes objetivos.
- **Direcionar**: definir a visão, missão, valores e objetivos estratégicos da organização, bem como as políticas públicas e as prioridades de atuação.
- **Monitorar**: acompanhar o desempenho da gestão, verificar o cumprimento das metas estabelecidas e garantir que as ações estejam alinhadas com os objetivos estratégicos.

Em resumo, a **gestão se concentra em "fazer" e executar**, enquanto a **governança se concentra em "direcionar" e garantir que o que está sendo feito esteja alinhado com os objetivos estratégicos** de determinada organização ou planejamento.

Tendo em vista esse contexto, o Decreto Federal 9.203 de 2017, considera **Governança Pública** com o “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (Art. 2º). Tais mecanismos incluem: liderança para garantir integridade e competência, estratégia para definir diretrizes e objetivos, e controle para mitigar riscos e garantir a execução eficiente e legal das atividades.

As diretrizes da governança pública, segundo o decreto, devem visar a busca por **resultados** para a sociedade, a **simplificação** da gestão pública, a **modernização** dos serviços, o **monitoramento** do desempenho, a **articulação** entre os diferentes níveis do setor público, a conduta **ética** dos agentes públicos, a gestão de **riscos**, a **avaliação** de políticas públicas, a tomada de **decisão** baseada em evidências e a **participação social**, a **revisão** de atos normativos, a definição de **responsabilidades** e a promoção da **transparência** e do **acesso** à informação.

Em síntese, a boa governança no setor público é crucial para garantir a gestão adequada dos recursos, o interesse social e a efetividade das políticas públicas, incluindo o PAEDS.

---

## 2.2 Referência Legal da Governança de Porto Velho

A administração de Porto Velho, em consonância com os princípios de boa governança já mencionados, dispõe da Lei Complementar n.º 1.000 de 07/01/2025 sobre a organização básica da administração municipal e, também, do decreto n.º 15.261 de 2020, ainda em vigor, dispondo sobre o sistema de governança pública.

Observou-se, em caráter preliminar, um alinhamento entre os conceitos da nova estrutura e os da governança proposta pelo Decreto Municipal. Os dois diplomas instituem uma Unidade de Governança composta pela “alta administração municipal”: o Gabinete de Governança - GGOV na Lei, e o Comitê Integrado de Governança - CIG no Decreto. Ambos são vinculados à Secretaria Geral de Governo com a função de coordenação de políticas públicas e integração de procedimentos para a gestão e monitoramento de políticas, programas e projetos.

Enquanto a Lei Complementar apresenta maior detalhamento sobre as competências do GGOV, o Decreto contempla a estrutura e organização do CIG em maior detalhe. Ambos contribuem para a formulação da governança do PAEDS aqui proposta.

Um aspecto do Decreto n.º 15.261 para a gestão do PAEDS é a proposição de comitês internos de gestão nas entidades da administração municipal, com o objetivo de alinhar suas práticas às recomendações do CIG e, também, autonomia ao CIG para criar grupos de trabalho temáticos, aprofundando a análise e o desenvolvimento de soluções para desafios específicos da governança.

A próxima seção explora em detalhes como esses princípios e mecanismos se aplicam ao PAEDS garantindo sua implementação eficiente, transparente e participativa, integrando os sistemas de governança e gestão.

# 3. MODELO DE GOVERNANÇA DO PAEDS-PVH

Em primeiro lugar, é necessário destacar uma síntese das principais características do PAEDS que deverão ser contempladas na proposta para a Governança, a saber:

- Plano de longo prazo que deve possibilitar institucionalidade formal permitindo integrar as visões e prioridades das diferentes gestões públicas com as demandas e propostas da sociedade civil organizada;
- Visão de futuro relacionada a atividades de curto prazo relacionando política pública e gestão de projetos;
- Articulação Multissetorial e Interfederativa;
- Coordenação entre instâncias decisórias do governo municipal e Câmara de Vereadores;
- Relação entre Setor Público, Sociedade Civil Organizada, entidades colegiadas (Conselhos) e o terceiro setor;
- Integração com outros Planos e Programas Municipais, e Regionais (PDM, PMob, Saneamento, Habitação, PDE -RO, dentre outros);
- Coordenação entre Política Municipal de Inovação e o eixo de Inovação no PAEDS;
- Coordenação orçamentária, PPA, LOA e LDO;
- Participação das administrações regionais.

Em cumprimento ao TR e com o objetivo de avaliar regularmente a estratégia e os resultados alcançados do plano de desenvolvimento, serão apresentados o modelo geral do PAEDS e dois modelos de governança distintos e complementares no que se segue: um para o poder público municipal e outro para a participação da sociedade civil organizada.

---

### 3.1. Estruturação da Governança do PAEDS

Considerando o que foi anteriormente exposto, a gestão do PAEDS demanda uma estrutura de governança sólida e flexível, participativa, capaz de articular diferentes níveis e órgãos da administração pública, bem como, de articular diretrizes e programas de longo prazo com a gestão de ações e projetos no curto prazo.

**Além do objetivo maior de obter resultados, o sistema integrado de governança e gestão deverá avaliar regularmente a estratégia e os resultados alcançados do plano de desenvolvimento para seu próprio aprimoramento.**

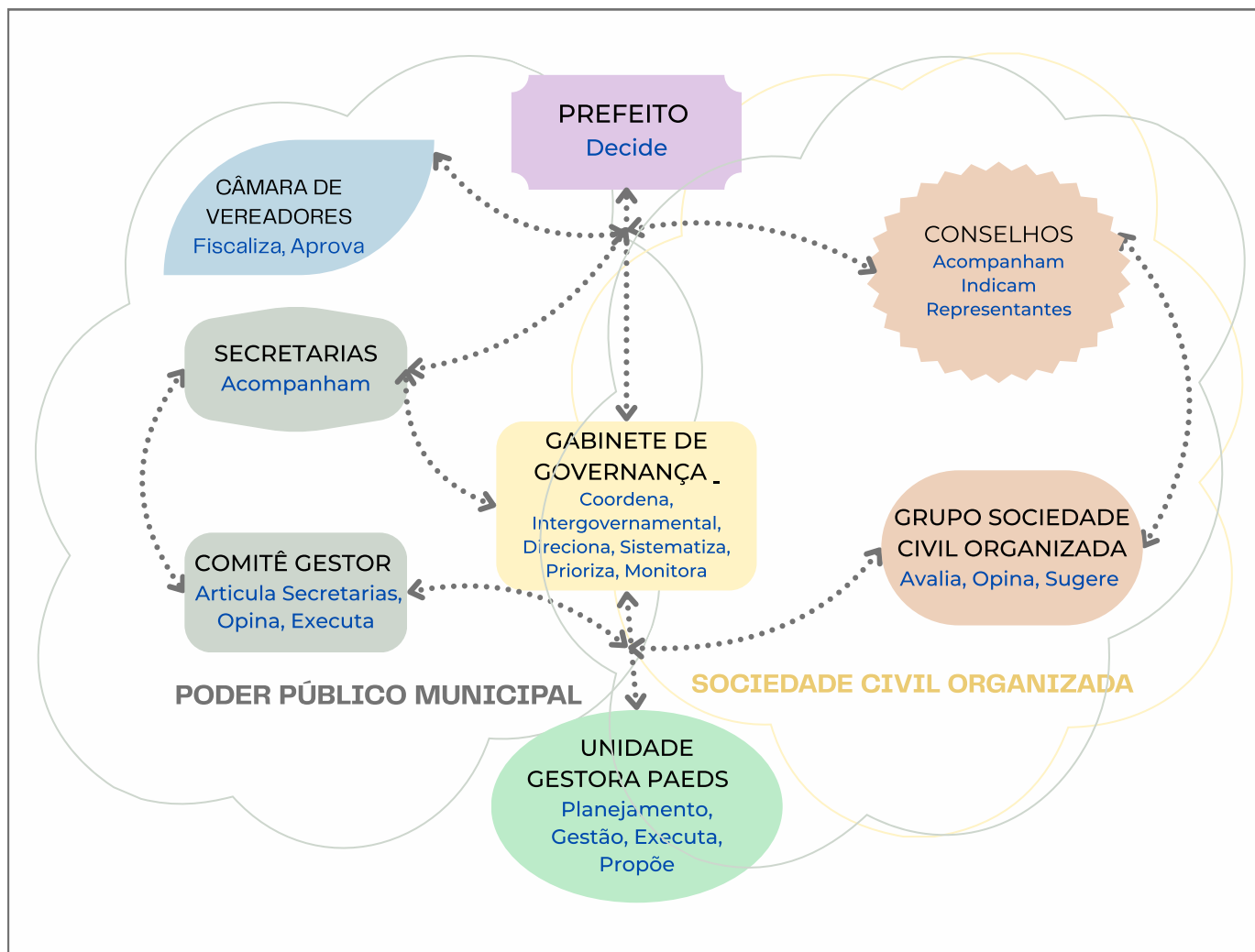
Neste sentido, o modelo é composto por **dois modelos de governança distintos e complementares, um para o poder público municipal e outro para a participação da sociedade civil organizada.**

Cabe ao **conjunto do Poder Público Municipal a coordenação geral do PAEDS, tendo em vista prover diretrizes e todo o suporte necessário ao seu planejamento, à sua gestão e organização da agenda geral dos principais eventos, inclusive, promovendo a necessária articulação com o conjunto da Sociedade Civil Organizada** para colaboração e avaliação. Compete ao **Gabinete de Governança - GG** (conforme Lei Complementar 1.000/2025) estabelecer as diretrizes estratégicas para a governança e gestão do PAEDS.

O **conjunto da Sociedade Civil Organizada** tem como principal atribuição contribuir para **a articulação e troca de informações entre as entidades representadas e avaliar a performance do Plano. Compete ao “Grupo” da SCO propor sua agenda de atividades e eventos em articulação com o GG.**

O esquema apresentado abaixo ilustra as relações e funções entre os dois modelos, entre a governança e a gestão de projetos e os principais atores, devendo ser considerado como objetivo a ser alcançado, de forma orgânica e na medida da disponibilidade de recursos.

**FIGURA 1 - ESQUEMA BÁSICO DA GOVERNANÇA E GESTÃO DO PAEDS**



Fonte: Funpar 2025

## 3.2. Modelo de Governança para o Poder Público Municipal

O modelo proposto para o Poder Público Municipal se organiza visando assegurar a coordenação, o planejamento, a execução, o controle das ações e o aprimoramento do Plano em consonância com os princípios de uma gestão pública eficiente e transparente.

Apresenta-se, a seguir, a estrutura detalhada deste modelo, com foco em seus **principais componentes: o Gabinete de Governança, o Comitê Gestor e a Unidade de Gerenciamento de Projetos.**

### 3.2.1. Gabinete de Governança

O **Gabinete de Governança (GG)** desempenhará um papel essencial no PAEDS, atuando como um órgão de “alta administração” promovendo a integração do Plano ao planejamento estratégico e ao orçamento municipal.

Instituído pela Lei Complementar n.º1.000/2025, poderá ter sua composição definida, a critério da SGG, segundo as linhas proposta no Decreto nº 15.261 de 2020, reunindo quatro Secretários (SGG, SEMFAZ, SEMPOG, SMA), o Controlador e o Procurador municipais para garantir uma governança integrada e eficiente. Para cumprir este objetivo o GG poderá contar com os Comitês Internos de Governança organizados em cada uma das secretarias, especialmente aquelas que executam projetos e ações do PAEDS.

As principais atribuições do GG no PAEDS incluem a instituição do Comitê Gestor do PAEDS, o estabelecimento de diretrizes e princípios gerais para a governança do Plano, assegurando que todas as ações estejam alinhadas ao planejamento estratégico municipal e ao PPA. Além disso, cabe ao GG, manter o chefe do executivo informado, analisar, articular e aprovar o cronograma geral do PAEDS, monitorar e supervisionar a execução do Plano por meio da avaliação de indicadores de desempenho e relatórios, além de propor medidas corretivas para garantir o cumprimento dos principais objetivos estabelecidos.

Outro aspecto fundamental do GG é a sua função de facilitar a comunicação e a colaboração interfederativa, entre os diferentes atores envolvidos no PAEDS, incluindo o Comitê Gestor do Setor Público, a Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), órgãos municipais, a Câmara de Vereadores e a sociedade civil. Sua organização e funcionamento deverão ser objeto de norma específica.

## DETALHAMENTO DO GABINETE DE GOVERNANÇA

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
Natureza	Órgão colegiado representativo da Alta Administração, de caráter consultivo/deliberativo e de assessoramento ao prefeito.
Composição	Secretários (SGG, SEMFAZ, SEMPOG, SMA) Controlador e o Procurador municipais. sugestões do Decreto nº 15.261 de 2020.
Atribuições em relação ao PAEDS	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estabelecer prioridades e aprovar os planos, programas, projetos, orçamentos e cronogramas estratégicos do PAEDS, apresentados pelo Comitê Gestor Setor Público, CG SP, garantindo seu alinhamento com o PPA e as demais políticas municipais.</li><li>• Estabelecer as diretrizes e princípios gerais da governança do PAEDS, orientando a atuação dos Comitês Internos de cada Secretaria, do CG SP e dos demais órgãos envolvidos.</li><li>• Estabelecer as diretrizes para o suporte de Ti relativos à governança e a gestão do Plano;</li><li>• Supervisionar e propor diretrizes para garantir o cumprimento dos principais objetivos para a execução do PAEDS, monitorar os principais indicadores de desempenho, aprovar os relatórios, emitir pareceres sobre casos omissos.</li><li>• Facilitar a comunicação e a colaboração entre os diferentes atores envolvidos na gestão do PAEDS, incluindo o Comitê Gestor, a Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), os órgãos municipais, a Câmara de Vereadores e a sociedade civil.</li></ul>
Funcionamento	Segundo Regimento interno a ser elaborado, reuniões periódicas no mínimo mensais, e sugestões do Decreto nº 15.261 de 2020.

Fonte: elaboração própria.

---

### 3.2.2. Comitê Gestor - CG SP

O Comitê Gestor - CG SP será um **colegiado formado por representantes das secretarias municipais envolvidas na execução do Plano**. Seu principal objetivo é a integração dos projetos e ações do Plano com os projetos e ações das Secretarias. Sua atuação é fundamental para garantir a comunicação, a complementariedade e a sinergia na gestão do Plano no âmbito executivo da Prefeitura. Terá caráter propositivo e deliberativo com alçadas decisórias subordinadas ao GG. O CG SP será coordenado pelo coordenador da Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) e responderá diretamente ao GG.

O CG SP será responsável por definir as prioridades e metas anuais integradas do Plano, acompanhar a execução dos projetos e ações, emitir relatórios periódicos, avaliar os resultados alcançados e propor ajustes e melhorias e, especialmente, articular e manter informados os executores em cada Secretaria.

## DETALHAMENTO DO COMITÊ GESTOR SETOR PÚBLICO - CG SP

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
Natureza	Órgão colegiado de caráter propositivo, deliberativo e de articulação e integração de ações e projetos.
Composição	Coordenado pelo coordenador da UGP e composto por representantes das secretarias municipais envolvidas diretamente na execução do Plano (no máximo cinco).
Atribuições	<ul style="list-style-type: none"><li>• Coordenar e articular a atuação das diferentes secretarias municipais e órgãos envolvidos diretamente na execução do Plano.</li><li>• Acompanhar a execução integrada dos projetos e ações, monitorando o cumprimento dos cronogramas e orçamentos.</li><li>• Avaliar os resultados alcançados e propor ajustes e melhorias no PAEDS.</li><li>• Manter o GG e os Comitês Internos informados sobre o PAEDS.</li><li>• Propor ao GG o orçamento, as prioridades e metas anuais do PAEDS.</li><li>• Propor à SEMPOG eventuais alterações no PDM e em Planos Setoriais para compatibilização com projetos estratégicos do PAEDS.</li><li>• Garantir a comunicação e a transparência na gestão do Plano.</li></ul>
Funcionamento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reuniões periódicas, com periodicidade definida pela coordenação.</li><li>• Deliberações por maioria simples tendo o coordenador o voto de desempate.</li><li>• Publicação das atas das reuniões e demais documentos relevantes.</li></ul>

Fonte: elaboração própria.

### 3.2.3. Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP

A Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) será a **responsável direta pela coordenação e execução do PAEDS**. Tem caráter executivo e operacional e atuará em conjunto com o CG SP e suporte técnico ao GG por convocação. Será formada por uma **Coordenação Executiva**, um **Núcleo Técnico** de profissionais especializados em diversas áreas relacionadas aos eixos estruturantes do PAEDS (Inovação, Inclusão Social, Sustentabilidade, Redes e Territorialidade) e por um **Núcleo de Projetos** composto por técnicos responsáveis pela execução dos projetos ainda que localizados em outras secretarias.

A UGP terá ainda as seguintes atribuições principais: estabelecer procedimentos preferenciais e céleres com as secretarias meio elaboração compras, licitações e contratos; coordenar o monitoramento e avaliação dos resultados dos programas, projetos e ações, ouvindo CG SP e o Grupo de representantes da Sociedade Civil Organizada; propor alterações, segundo sua alçada, em procedimentos, projetos e ações que visem ampliar os resultados ou corrigir deficiências na execução do PAEDS.

## DETALHAMENTO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
Natureza	Unidade executiva e especializada, em gestão/execução, planejamento e monitoramento operacional dos projetos PAEDS.
Composição	Um Coordenador Executivo sênior. Um Núcleo Gestor, formado por profissionais da administração pública municipal, ou contratados, com expertise em planejamento, gestão de projetos, relacionados ao PAEDS e um Núcleo Técnico composto por profissionais experientes nos eixos transversais do PAEDS.
Atribuições	<ul style="list-style-type: none"><li>• Manter atualizado o status do desenvolvimento do PAEDS, elaborar relatórios periódicos sobre o desempenho dos projetos e ações.</li><li>• Monitorar e controlar a execução dos projetos, analisando o cumprimento dos cronogramas, orçamentos e metas</li><li>• Promover a comunicação e a transparência na gestão do Plano.</li><li>• Participar das reuniões e informar o GG por convocação.</li><li>• Coordenar e dar suporte às reuniões do Comitê Gestor SP promovendo a articulação do PAEDS junto às Secretarias e entidades envolvidas.</li><li>• Articulação com entidades externas em consonância com o GG.</li><li>• Articulação especial com a SEMPOG sobre diretrizes e recomendações aos planos municipais, em especial ao PD PVH.</li><li>• Promover reuniões periódicas com o Grupo da Sociedade Civil (GT SCO).</li><li>• Elaborar com o apoio do CG SP o orçamento e cronogramas anuais e plurianuais do PAEDS para aprovação pelo GG.</li><li>• Propor procedimentos céleres com as secretarias meio para aquisições e contratações.</li></ul>
Funcionamento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reuniões periódicas.</li><li>• Envio de relatórios de acompanhamento e avaliação do Plano.</li><li>• Visitas e inspeções locais</li><li>• Reuniões com atores externos, inclusive fora de PVH</li></ul>

Fonte: elaboração própria.

### 3.3. Modelo de Governança para a Sociedade Civil Organizada

Para fortalecer a participação da Sociedade Civil Organizada (SCO) na gestão do PAEDS, o modelo de governança proposto se estrutura em **três pilares principais: uma articulação com Conselhos existentes especialmente o da Cidade e o de Inovação; Fóruns de Discussão abertos à participação de todos os interessados e; uma Plataforma Online que centraliza informações e facilita a interação.**

A articulação sinérgica entre estes três elementos permitirá que a SCO acompanhe de perto o desenvolvimento do plano, influencie as decisões e exerça o controle social de forma efetiva. A governança do PAEDS para a sociedade civil está organizada por meio de uma **comissão no formato de um Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Organizada.**

#### 3.3.1 Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Organizada - GT SCO

O GT-SCO é uma Comissão de **natureza consultiva, com a função de acompanhar a execução do Plano, emitir pareceres por solicitação e propor recomendações.** Caberá avaliar o PAEDS-PVH, seus objetivos, metas e indicadores, acompanhando a execução e o progresso dos projetos e ações, opinando quando previsto e zelando pela transparência, responsabilidades e, especialmente no que diz respeito a **articulação com as entidades representadas e aos impactos para a comunidade** promovendo, assim, um diálogo ativo e constante com a sociedade.

Recomenda-se que a composição do Grupo de Trabalho da Comissão conte com pessoas com liderança nos setores de origem, preferencialmente com assento nas Federações, Associações de Classe, Associações de Bairro, Instituições de Ensino Superior e nos Conselhos já mencionados e, ao menos, metade dos integrantes possua alguma experiência em administração pública. O total de participantes não deveria ultrapassar nove membros efetivos e a coordenação seria atribuída por aclamação a um dos membros. A Coordenação Executiva da UGP deverá participar das reuniões e prestar apoio administrativo.

A Comissão SCO se reunirá periodicamente, com atas publicadas e mecanismos de participação, como fóruns e plataformas online garantindo o acesso à informação e a interação contínua. Apresenta-se o seu detalhamento abaixo.

## DETALHAMENTO DO GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
Natureza	Grupo de caráter consultivo, com a função de acompanhar a execução do plano, emitir pareceres e propor recomendações.
Composição	Representantes de diversas entidades da sociedade civil, como organizações não governamentais (ONGs), associações de bairro, sindicatos, universidades, conselhos de políticas públicas, entre outros. A composição deve buscar a diversidade e representatividade dos diferentes segmentos da sociedade civil. Critério a ser definido pela SGG
Atribuições	<ul style="list-style-type: none"><li>• Analisar e avaliar o plano, seus objetivos, metas e indicadores em relação aos ônus e benefícios para a comunidade e setores representados.</li><li>• Acompanhar a execução do plano, avaliando, monitorando o progresso dos projetos e ações.</li><li>• Emitir pareceres e recomendações sobre o plano, propondo ajustes e melhorias.</li><li>• Participar da tomada de decisões relacionadas ao plano, quando previsto.</li><li>• Zelar pela transparência na gestão do plano.</li><li>• Promover a comunicação e articulação com as entidades representadas da sociedade civil organizada sobre a implementação do plano.</li></ul>
Funcionamento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reuniões periódicas presenciais e/ou online, com periodicidade definida no regimento interno.</li><li>• As atas de cada reunião, juntamente com outros documentos de relevância, serão publicadas de forma transparente, assegurando o acesso público às discussões e decisões tomadas.</li><li>• Para além dos encontros presenciais, a Comissão contará com mecanismos de participação online que permitirão a interação contínua entre os membros e a sociedade civil.</li></ul>

Fonte: elaboração própria.

### 3.3.2. Fóruns de Discussão

Os Fóruns de Discussão se configuram como espaços abertos à participação de todos os cidadãos, promovendo debates e audiências públicas sobre projetos e temas relevantes para a execução do PAEDS-PVH.

A coordenação e a agenda dos eventos serão de responsabilidade da UGP com a interveniência da Comissão SCO.

A participação nos eventos será livre, abrangendo cidadãos, representantes da sociedade civil, gestores públicos, especialistas e demais interessados. Nesses fóruns, serão coletadas demandas, sugestões e propostas da sociedade civil, fortalecendo o diálogo com o poder público e disseminando informações sobre o Plano e seu andamento. Os encontros, periódicos e temáticos, estarão abertos a todos, com documentação dos debates e encaminhamento das propostas aos órgãos competentes.

## DETALHAMENTO DOS FÓRUNS DE DISCUSSÃO

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
Natureza	Espaços abertos à participação dos atores sociais interessados no objetivo de promover debates e audiências sobre temas e projetos relevantes para a execução do PAEDS–PVH.
Composição	Coordenados pelo GT SCO em articulação com a UGP. Participação livre de cidadãos, representantes da sociedade civil, gestores públicos, especialistas e outros interessados.
Atribuições	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover debates sobre temas relacionados ao PAEDS–PVH.</li> <li>• Coletar demandas, sugestões e propostas da sociedade civil.</li> <li>• Fortalecer o diálogo entre a sociedade civil e o poder público.</li> <li>• Disseminar informações sobre o Plano e sua execução.</li> </ul>
Funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenação e a agenda dos eventos de responsabilidade do GT SCO com a intervenção da UGP.</li> <li>• Realização de encontros periódicos, presenciais e/ou online, com temas e locais definidos.</li> <li>• Abertura à participação de todos os interessados, com direito a voz.</li> <li>• Documentação dos debates e encaminhamento das propostas aos órgãos competentes.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria.

### 3.3.3. Plataforma Online

A Plataforma Online, ferramenta virtual em conformidade com as diretrizes de TI do GG, possibilitando acesso à informação pela sociedade para que acompanhe o PAEDS, seus projetos, dados de execução, cronogramas, investimentos e resultados. Além disso, a plataforma abrigará mecanismos de participação online, como fóruns de discussão, enquetes e plataformas colaborativas, canais de comunicação com gestores do PAEDS, e funcionalidades para envio de sugestões, acompanhamento do progresso dos projetos e avaliação do Plano. Apresenta-se o detalhamento Plataforma Online abaixo.

## DETALHAMENTO DA PLATAFORMA ONLINE

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
Natureza	Ferramenta virtual que permite o acesso a informações sobre o PAEDS, o acompanhamento da execução dos projetos pelos gestores, bem como, a interação entre os cidadãos.
Composição	<ul style="list-style-type: none"><li>• Informações sobre o PAEDS, seus objetivos, metas, indicadores e projetos.</li><li>• Dados sobre a execução do PAEDS-PVH, como cronogramas, investimentos e resultados.</li><li>• Mecanismos de participação online, como fóruns, grupos de whatsapp, enquetes e plataformas colaborativas.</li><li>• Canais de comunicação com os gestores e o GT SCO.</li></ul>
Funcionamento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Acesso à informação técnica e pública sobre o PAEDS e sua execução.</li><li>• Participação em debates e discussões online.</li><li>• Envio de sugestões, demandas e propostas.</li><li>• Acompanhamento do progresso dos projetos e ações.</li><li>• Avaliação da gestão do PAEDS.</li></ul>

Fonte: elaboração própria.

# 4. ARTICULAÇÃO, CONTROLE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A articulação entre os Modelos de Governança da Sociedade Civil Organizada e Poder Público Municipal deverá ocorrer mediante reuniões periódicas entre o Grupo SCO e os gestores do PAEDS (Comitê Gestor e Unidade Gestora), além da participação da sociedade civil em comissões e grupos de trabalho, acesso à informação e documentos relevantes e canais de comunicação permanentes, visando garantir o diálogo, a colaboração, a participação na tomada de decisões e a inclusão social na gestão do Plano.

## 4.1. Articulação, Controle, Monitoramento e Avaliação

O Modelo de Governança para o Poder Público Municipal deverá seguir ritos claros de articulação entre as diferentes unidades e suas alçadas de competência, controle, monitoramento e avaliação, visando agregar valor e uma gestão eficiente e transparente do PAEDS.

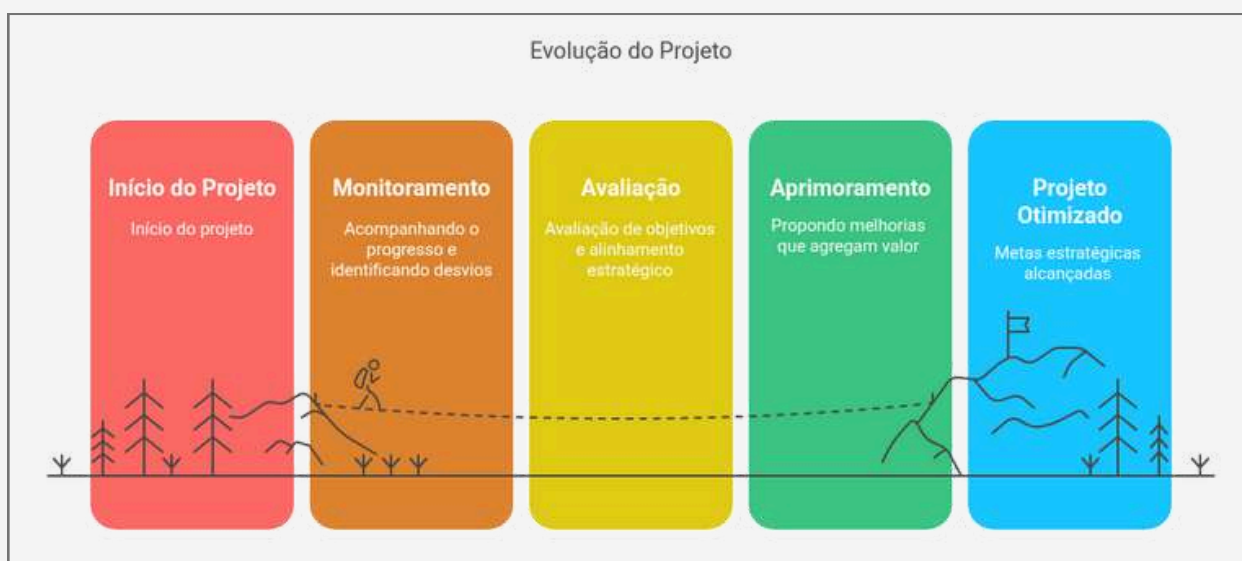
- **Articulação:** busca harmonizar o PAEDS com o planejamento municipal, Plano Diretor, Planos Setoriais, PPA, LDO, LOA, fortalecer o diálogo interinstitucional e promover o controle social. Os mecanismos incluem relatórios periódicos, diretrizes do GG e solicitações de informações, reuniões regulares, recomendações do GT SCO, consultas públicas e comunicação online. Além disso, a articulação interfederativa e com entidades externas deve ser objeto de diretriz coordenada. Entidades preferenciais GG, GT SCO, CG SP.



- **Controle:** visa assegurar a legalidade e regularidade, promover a eficiência e economicidade, prevenir fraudes, e fortalecer a transparência e accountability. Os mecanismos abrangem auditoria interna, sistemas de controle interno, acompanhamento orçamentário e financeiro, avaliação de projetos e canais de acesso ao público e denúncia.



- **Monitoramento:** tem como objetivo acompanhar o progresso dos projetos e ações, identificar desvios e oportunidades e garantir o alinhamento com as metas em curto prazo. Os mecanismos incluem coleta e análise de dados, indicadores de desempenho físico-financeiro, relatórios de monitoramento, painéis de monitoramento e visitas técnicas.
- **Avaliação e aprimoramento:** tem como premissa verificar se os objetivos e diretrizes estratégicas do Plano estão sendo cumpridas, encaminhar propostas para a gerar valor ao Plano, e servir de referência para sua reorientação em médio e longo prazos. Os mecanismos incluem, séries históricas dos diferentes indicadores, relatórios de desempenho e reuniões de debates entre o setor público e a sociedade civil organizada.



Em resumo, a combinação desses elementos busca garantir uma gestão eficaz, transparente, responsável e participativa do PAEDS, com foco em resultados e alinhamento com as diretrizes municipais. Estas informações são sintetizadas na Tabela a seguir.

## DETALHAMENTO DO MODELO DE ARTICULAÇÃO, CONTROLE, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA O PODER PÚBLICO

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
Articulação	<p><b>Objetivos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Integrar as ações do PAEDS–PVH com as políticas de governança, incluindo o Plano Diretor, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), garantindo, alinhamento estratégico, orçamentário e celeridade,</li> <li>• Promover a colaboração e a comunicação eficaz entre os diferentes órgãos e secretarias municipais envolvidos na execução do PAEDS.</li> <li>• Ampliar a participação da sociedade civil na gestão do PAEDS, incentivando o acompanhamento, a avaliação e a proposição de melhorias que agreguem valor ao Plano.</li> </ul>
	<p><b>Mecanismos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios periódicos do Comitê Gestor para o GG: Informar sobre o andamento do PAEDS–PVH, os resultados alcançados, os desafios e as necessidades de articulação.</li> <li>• Recomendações e orientações do GG ao Comitê Gestor: Alinhamento entre as políticas de governança e as diretrizes estratégicas do PAEDS.</li> <li>• Solicitações de informações e documentos do GG: Garantir o acesso à informação e a transparência na gestão do PAEDS.</li> <li>• Reuniões regulares entre o CG SP , o GG e a UGP.</li> <li>• Consultas públicas e participação do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Organizada: Coletar opiniões e sugestões para aprimorar o PAEDS.</li> <li>• Mecanismos de comunicação online: Facilitar o acesso à informação e a interação entre os diferentes atores.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria.

## DETALHAMENTO DO MODELO DE ARTICULAÇÃO, CONTROLE, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA O PODER PÚBLICO

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
<b>Controle</b>	<p><b>Objetivos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir que as ações do PAEDS estejam em conformidade com a legislação e as normas aplicáveis.</li> <li>• Assegurar o alinhamento com os as políticas regionais, eixos estratégicos do PAEDS e dos ODS.</li> <li>• Otimizar o uso dos recursos financeiros, evitando desperdícios e garantindo o melhor custo-benefício.</li> <li>• Implementar mecanismos de controle que minimizem os riscos e permitam a identificação e correção de eventuais desvios.</li> <li>• Divulgar informações relevantes coerentes e confiáveis sobre a gestão do PAEDS.</li> </ul>
	<p><b>Mecanismos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Auditoria interna governamental: Avaliações e consultorias independentes, baseadas em riscos, com ações para prevenção, detecção e investigação de fraudes (Decreto nº 15.261/2020 e Lei Complementar nº1000/2025).</li> <li>• Sistemas de controle interno: Mecanismos de controle nas secretarias e órgãos envolvidos na execução do PAEDS.</li> <li>• Acompanhamento da execução orçamentária e financeira: Monitorar a aplicação dos recursos e o cumprimento do orçamento.</li> <li>• Sistemas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade dos projetos e ações: Analisar o desempenho dos projetos em relação aos objetivos e metas estabelecidas.</li> </ul>
<b>Monitoramento</b>	<p><b>Objetivos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhar periodicamente o andamento dos projetos e ações, o cumprimento dos cronogramas e o alcance dos resultados.</li> <li>• Analisar os dados e indicadores para identificar problemas, gargalos e oportunidades de aprimoramento.</li> <li>• Verificar se as ações estão alinhadas com os objetivos do PAEDS e as orientações da governança.</li> <li>• Corrigir os erros e aprimorar a gestão.</li> </ul>
	<p><b>Mecanismos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Coleta e análise de dados: Coletar dados relevantes sobre a execução do PAEDS-PVH e analisar indicadores de desempenho.</li> <li>• Indicadores de desempenho: Definir e monitorar indicadores que permitam avaliar o progresso das ações e o alcance dos resultados.</li> <li>• Relatórios periódicos de monitoramento: Elaborar relatórios que apresentem o panorama do PAEDS-PVH, os resultados alcançados e os desafios para o Comitê Gestor e Comissão SCO.</li> <li>• Avaliações regulares: Realizar avaliações periódicas do PAEDS-PVH, com a participação de diferentes atores, para identificar pontos fortes, fracos e oportunidades de melhoria.</li> <li>• Painéis de monitoramento: Utilizar ferramentas visuais para apresentar os dados e indicadores de forma clara e acessível.</li> <li>• Visitas técnicas e inspeções: Realizar visitas e inspeções para verificar in loco o andamento das ações.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria.

A avaliação e o aprimoramento do Modelo de Governança para SCO serão constantes, com avaliação periódica pela sociedade civil e poder público, identificação de pontos fortes e fracos, proposição de ajustes e aprimoramentos e adoção de mecanismos de feedback e participação da sociedade civil, garantindo a legitimidade e a efetividade do modelo, o fortalecimento da participação e do controle social e a melhoria contínua da governança. Sintetiza-se, a seguir, o modelo de governança para a sociedade civil.

## DETALHAMENTO DO MODELO AVALIAÇÃO PARA A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

CARACTERÍSTICAS		DESCRIÇÃO
Articulação	<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir o diálogo e a colaboração entre a sociedade civil organizada e o poder público durante a implementação do PAEDS.</li> <li>• Obter propostas e sugestões que agreguem valor aos projetos do PAEDS.</li> <li>• Fortalecer o controle social sobre a gestão do PAEDS.</li> </ul>
	<b>Mecanismos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões periódicas entre o GT SCO, Comitê Gestor e UGP..</li> <li>• Participação de representantes da sociedade civil em fóruns, plataforma online e grupos de trabalho.</li> <li>• Acesso a informações e documentos relevantes para o acompanhamento do PAEDS.</li> <li>• Outros canais de comunicação permanentes, entre a sociedade civil e o poder público incluindo a Câmara de Vereadores.</li> </ul>
Avaliação e Aprimoramento	<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a efetividade e legitimidade do Modelo de Governança.</li> <li>• Fortalecer a participação e o controle social na gestão do PAEDS-PVH.</li> <li>• Promover a melhoria contínua do Modelo de Governança e agregar valor aos projetos e ações.</li> </ul>
	<b>Mecanismos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões de avaliação periódica do Modelo de Governança pela sociedade civil e pelo poder público.</li> <li>• Debates para identificação de riscos, pontos fortes e fracos do Modelo.</li> <li>• Proposição de ajustes e aprimoramentos.</li> <li>• Adoção de mecanismos de feedback e participação da sociedade civil.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria.

O quadro de papéis e responsabilidades detalha as funções e as responsabilidades de cada ator na gestão do PAEDS-PVH.

## SÍNTESE DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADES DO PAEDS-PVH

ATORES	PAPEIS E RESPONSABILIDADE	MODELO DE GOVERNANÇA
Gabinete de Governança (GG)	Definir responsabilidades, diretrizes e prioridades, aprovar planos, projetos e orçamento, avaliar o desempenho do PAEDS, promover a articulação entre os atores internos e externos, garantir transparência e resolver conflitos.	Poder Público Municipal
Comitê Gestor do PAEDS (CG SP)	Participar da implementação do PAEDS articulando os projetos e ações do PAEDS aos programas e projetos das secretarias municipais, monitorar a execução dos projetos e ações descentralizados, avaliar resultados em conjunto com a UGP, contribuir para a tomada de decisões estratégicas, garantir a comunicação e a transparência interna.	Poder Público Municipal
Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP)	Dar suporte ao GG e coordenar o CG, executar o planejamento, a execução e o monitoramento dos projetos, elaborar relatórios de acompanhamento e avaliação, articular e apoiar o Grupo de Trabalho SCO.	Poder Público Municipal
Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Organizada (GT SCO)	Analisar e avaliar o PAEDS, acompanhar a execução, emitir pareceres e propostas, contribuir para minimizar riscos e agregar valor aos projetos, zelar pela transparência e promover o diálogo com as entidades representadas.	Sociedade Civil Organizada
Fóruns de Discussão	Organizados pelo GT SCO ou por solicitação da UGP para promover audiências e debates sobre assuntos específicos do PAEDS, coletar demandas e sugestões da sociedade civil, fortalecer o diálogo com a comunidade.	Sociedade Civil Organizada
Plataforma Online	Organizado pela SGG+Ti e coordenado pela UGP em articulação com a CG, o GT SCO e para facilitar o acesso à informação, o acompanhamento da execução do PAEDS e a interação entre os setores público e da sociedade civil.	Poder Público Municipal/ Sociedade Civil Organizada
Secretarias Municipais	Executar as ações e projetos do PAEDS de acordo com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CG. Promover a articulação com planos e projetos setoriais.	Poder Público Municipal
Cidadãos e Organizações da Sociedade Civil	Participar dos Fóruns de Discussão, acompanhar o PAEDS pela Plataforma Online, apresentar sugestões e demandas, exercer o controle social.	Sociedade Civil Organizada

Fonte: elaboração própria.

## 4.2. Integração com ciclos orçamentários

O PAEDS é um plano de horizonte temporal abrangente. As suas ações serão implementadas e deverão apresentar resultados ao longo de vinte e cinco anos, até 2050, perpassando diferentes governos e ciclos orçamentários, o que representa um esforço adicional para a estrutura de governança. Os anos entre 2026 e 2029 foram planejados como um período de organização e estabelecimento das bases e projetos estruturantes para a implementação do PAEDS.

**O início pode ser imediato, em 2025, principalmente, pela organização e o início da implementação do modelo de Governança, concomitante com a definição e preparação do lançamento de projetos estruturantes e prioritários (5 projetos estratégicos e PAI), gerando impactos no curto prazo e no atual governo.**

**Neste primeiro momento, o GG, a CG SP e o coordenador da UFP, estabelecerão além da governança a estruturação do cronograma de implementação dos projetos selecionados dentre os cinco projetos estratégicos e, de 104 ações do PAEDS apontadas no documento do Plano de Ação e Investimentos.**



Este conjunto de projetos será organizado em cinco quinquênios: 2025-2030, 2031-2035, 2036-2040, 2041-2045, e 2046-2050, períodos estes marcados pela existência de sete ciclos orçamentários, entre elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Todos estes aspectos estão considerados no desenho da governança do PAEDS. A governança do PAEDS-PVH contempla, portanto, cinco sucessivas fases ao longo tempo apresentadas no quadro a seguir:

## 4.2. Integração com ciclos orçamentários

### DESCRIÇÃO DA INTEGRAÇÃO DO PAEDS COM OS CICLOS ORÇAMENTÁRIOS

#### FASES

##### **Fase I – Pré-investimento (2025–2029):**

Organização e estruturação inicial básica da governança, considerando recursos existentes e disponíveis, com base no modelo proposto.

Definição de projetos prioritários, planejamento orçamentário, definição de conjuntos de ações quinquenais (2025–2029, 2031–2035, 2036–2040, 2041–2045 e 2046–2050), organização de mecanismos de gestão e TI, acompanhamento e avaliação, implementação de projetos estruturantes e prioritários.

Considerar oportunidade de implementação da governança da sociedade civil somente após a definição e inclusão no PPA dos projetos prioritários.

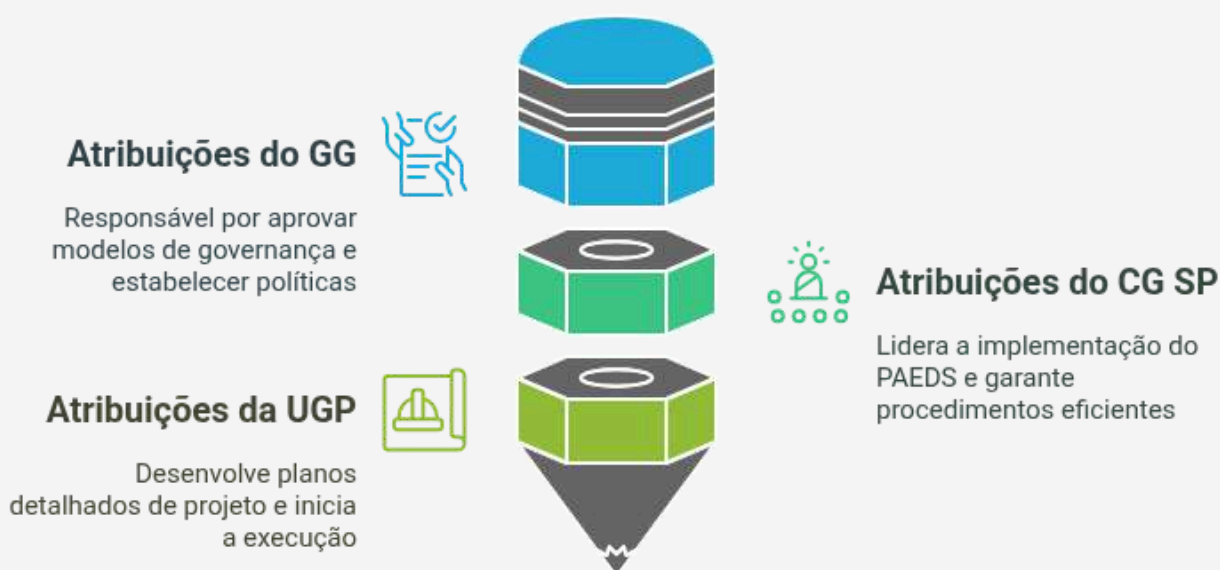
#### ATRIBUIÇÕES DA GOVERNANÇA

**Atribuições do GG:** Discutir e aprovar o modelo de governança. Estabelecer o regimento interno com base na Lei Complementar nº1.000/2025 e definir os instrumentos normativos e gerenciais, inclusive de TI, com vistas a assegurar celeridade nos trâmites burocráticos, bem como, o alinhamento com os princípios e diretrizes da governança pública municipal definindo, prioridades, resultados esperados e responsabilidades. Aprovar o orçamento plurianual, incluindo os projetos e ações do PAEDS.

**Atribuições do CG SP:** liderar a implementação do PAEDS, definindo papéis, metas, responsabilidades e mecanismos de funcionamento do Comitê e dos demais órgãos envolvidos na gestão do Plano. Promover procedimentos internos para aquisições, contrato, conformidades, para a celeridade dos projetos.

**Atribuições da UGP:** elaborar o planejamento detalhado dos projetos e ações do PAEDS, incluindo o cronograma de ações e entregáveis, a proposta orçamentária plurianual e os mecanismos de acompanhamento e avaliação. Iniciar a execução dos planos e projetos estruturantes e prioritários.

#### Visão Geral das Funções de Governança



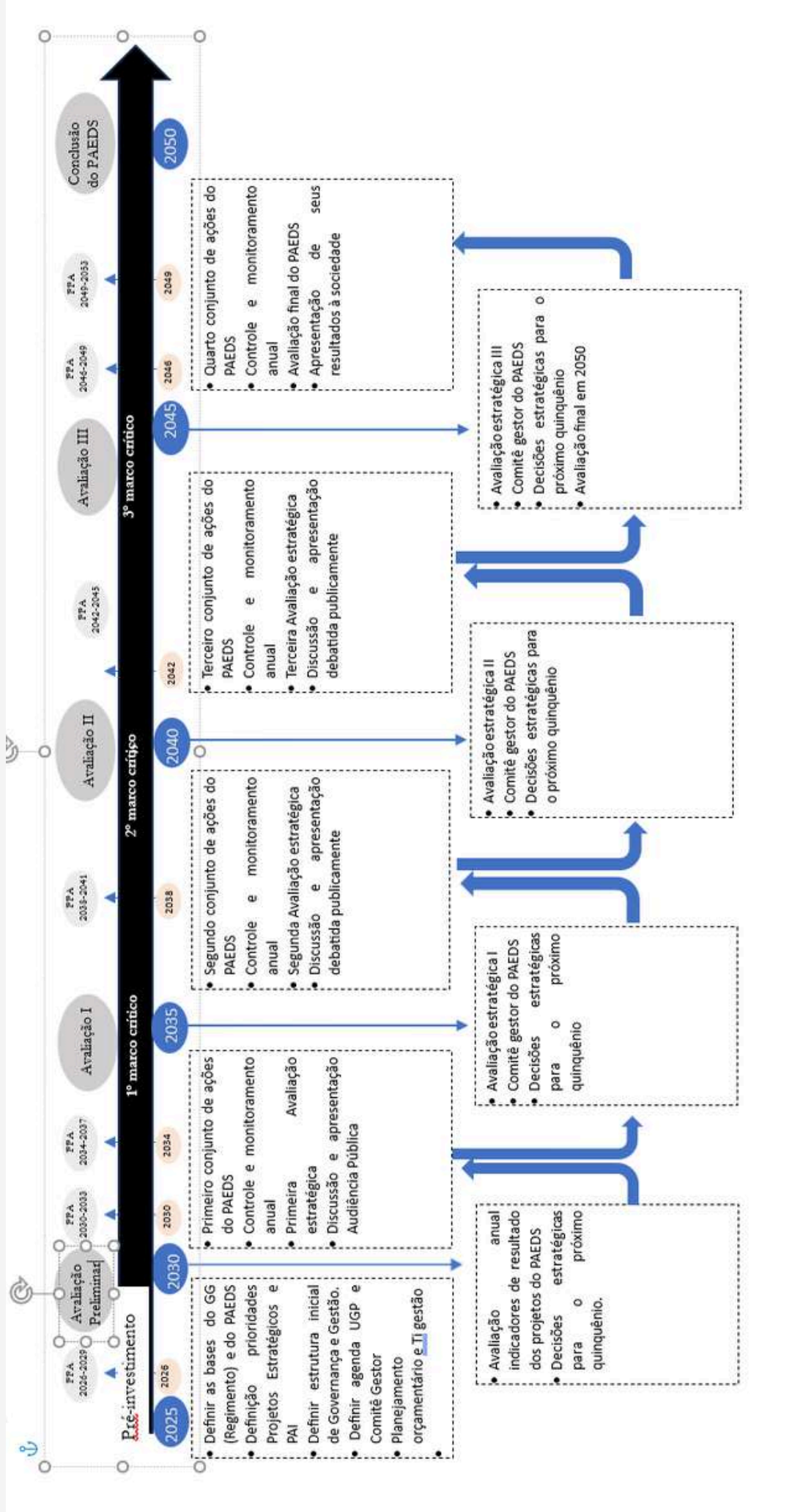
Fonte: elaboração própria.

## DESCRIÇÃO DA INTEGRAÇÃO DO PAEDS COM OS CICLOS ORÇAMENTÁRIOS

FASES	ATRIBUIÇÕES DA GOVERNANÇA
<p><b>Fase II do PAEDS (2030-2035):</b> Avaliação sobre o desempenho do PAEDS no período anterior. Definição dos projetos e ações do quinquênio. Elaboração do PPA e inclusão de novos projetos do PAEDS. Implementação do segundo conjunto de projetos e ações, com avaliações anuais e uma avaliação estratégica em 2035, conduzida pelo Comitê Gestor e Grupo de Trabalho da sociedade Civil.</p>	<p><b>Atribuições do GG:</b> aprovar o orçamento anual e plurianual. Acompanhar e orientar a execução do PAEDS, analisar os relatórios de avaliação e propor diretrizes ao Comitê Gestor e à UGP.</p> <p><b>Atribuições do GT SP:</b> Integrar a execução das ações do PAEDS às Secretarias, monitorar os resultados, realizar em conjunto com a UGP as avaliações anuais e, conduzir a avaliação estratégica em 2035, propondo ao GG ajustes e reconfigurações para a próxima fase.</p> <p><b>Atribuições da UGP:</b> Gerenciar os projetos e ações do PAEDS, coletar dados para as avaliações, elaborar relatórios de monitoramento e avaliação ouvindo o GT SCO e fornecer subsídios para a avaliação estratégica.</p>
<p><b>Fases III (2035-2040) e III do PAEDS (2040-2045):</b> Elaboração do PPA e inclusão de novos projetos do PAEDS. Implementação do terceiro e quarto conjuntos de ações, com avaliações anuais e estratégicas em 2040 e 2045, respectivamente.</p>	<p><b>Atribuições do GT SP , GG e UGP:</b> manutenção das atribuições descritas na Fase II, adaptando-as aos novos conjuntos de ações e desafios de cada fase.</p>
<p><b>Fase IV do PAEDS (2045-2050):</b> Elaboração do PPA e inclusão de novos projetos do PAEDS. Finalização dos projetos, acompanhamento com avaliações anuais e avaliação final em 2050, com apresentação dos resultados à sociedade.</p>	<p><b>Atribuições do GT SP , GG e UGP:</b> manutenção das atribuições descritas na Fase II, com foco na finalização dos projetos, na avaliação final do PAEDS e na comunicação dos resultados à sociedade.</p>
<p>Fonte: elaboração própria.</p>	

A figura a seguir ilustra o horizonte temporal ao longo do qual o PAEDS será implementado.

FIGURA 2 - HORIZONTE TEMPORAL DO PAEDS



FONTE: FUNPAR, 2025

## 4.3. Indicadores de Desempenho

A avaliação do Plano de Ações Estratégicas para o Desenvolvimento Sustentável de Porto Velho pressupõe a implementação de um sistema de indicadores de desempenho

**Este sistema deve transcender a mera aferição de resultados imediatos, incorporando uma análise aprofundada dos impactos de longo prazo do plano, alguns dos quais de nível macroeconômico e social local. A análise e avaliação devem estar alinhadas com os princípios do desenvolvimento sustentável incluídos em cada um dos projetos do PAEDS.**

Nesse contexto, a estruturação do sistema demanda a adoção de dois níveis de indicadores complementares: **indicadores de resultados (IR)** e **indicadores de desenvolvimento sustentável (IDS)**.

A avaliação será conduzida por uma entidade externa ao PAEDS, garantindo a objetividade e a imparcialidade na análise dos impactos sociais do plano. Dada a prévia avaliação ex-ante das políticas públicas do PAEDS, a avaliação ex-post assume papel central, visando compreender os desdobramentos sociais do plano em marcos temporais estratégicos e tempo suficiente onde os resultados deverão fazer a diferença : 2035, 2040, 2045 e 2050.

### 4.3.1. Indicadores de Resultados (IR): Aferição da Efetividade Operacional

Os IR concentram-se na mensuração dos efeitos diretos e imediatos das intervenções (ações e projetos) implementadas no âmbito do PAEDS. Sua função primordial é avaliar o alcance dos objetivos específicos do plano, bem como a eficiência na alocação de recursos. A análise da efetividade, em particular, busca determinar se os objetivos foram atingidos de maneira ótima, considerando a racionalização do uso de recursos.

- **Horizonte Temporal:** Curto a médio prazo, permitindo a avaliação de mudanças tangíveis logo após a implementação das ações.
- **Exemplificação Operacional:**
  - **Taxa de Conclusão de Projetos de Infraestrutura:** Mensura a capacidade de execução do PAEDS, aferindo o percentual de projetos concluídos dentro do cronograma e orçamento previstos.
  - **Variação na Demanda por Transporte Aéreo:** Avalia o impacto imediato de políticas de incentivo ao transporte aéreo, medindo a variação na taxa de ocupação de voos.
  - **Expansão da Capacidade Portuária:** Verifica o progresso na expansão da infraestrutura portuária, contabilizando o aumento no número de instalações portuárias certificadas.
  - **Melhoria da Mobilidade Rodoviária:** Avalia a eficácia de projetos de melhoria das rodovias, monitorando a redução do tempo de viagem.

---

### 4.3.2. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS): Avaliação dos Impactos Sistêmicos

Os IDS ampliam o escopo da análise, examinando as consequências de longo prazo das ações do PAEDS na sociedade e no meio ambiente. Eles observam mudanças sistêmicas e estruturais, que podem transcender os objetivos originais do plano, abrangendo dimensões econômicas, sociais e ambientais.

- **Horizonte Temporal:** Longo prazo, permitindo a avaliação de transformações complexas que se manifestam ao longo de anos.
- **Exemplificação Sistêmica:**
  - **Dinâmica do Produto Interno Bruto (PIB):** Avalia o impacto do PAEDS no desenvolvimento econômico sustentável da região, monitorando a variação do PIB de Porto Velho em relação aos PIB de Rondônia, Brasil e Amazônia Legal.
  - **Qualidade de Vida e Bem-Estar Social:** Mensura o impacto do PAEDS no bem-estar da população, utilizando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como indicador síntese, também pode ser comparado aos indicadores dos municípios integrantes das regiões de influência de Porto Velho (REGIC IBGE).
  - **Sustentabilidade Ambiental:** Avalia o impacto do PAEDS no meio ambiente, monitorando o Índice de Desempenho Ambiental (IDA) e outros indicadores de qualidade ambiental, também comparado às variações nas regiões de influência de Porto Velho ( REGIC/IBGE)
  - **Transformações na Dinâmica Territorial:** verifica mudanças no padrão de influência da cidade monitorando mudanças nas regiões de influência de Porto Velho (REGIC IBGE).

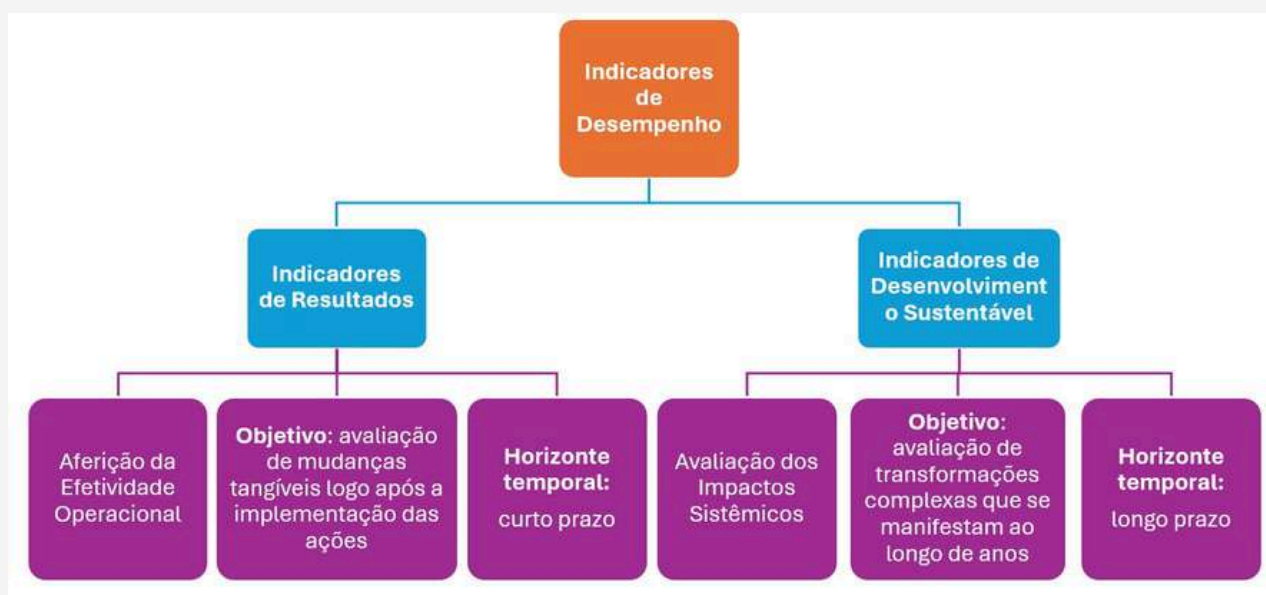
### 4.3.3. Metodologia para definição de indicadores

A qualidade do sistema de indicadores repousa sobre a solidez de sua metodologia e a clareza de sua governança. Os indicadores selecionados devem atender a critérios rigorosos, como verificabilidade, precisão, mensurabilidade, relevância, clareza, confiabilidade, monitoramento contínuo, custo-efetividade, acessibilidade e comparabilidade. A seleção dos indicadores estratégicos para a avaliação ex-post deve garantir a coerência com a avaliação ex-ante, assegurando a rastreabilidade dos impactos do plano.

**Os indicadores utilizados no diagnóstico inicial de Porto Velho podem servir como linha de base para o monitoramento contínuo do PAEDS, abrangendo as diversas dimensões do desenvolvimento sustentável.**

A avaliação e a construção de indicadores deverão ser pactuados pela CG SP e serão realizadas por uma entidade externa e independente, assegurando a imparcialidade e a credibilidade do processo. A decisão sobre quais variáveis e indicadores serão utilizados na avaliação-post será tomada com base em critérios técnicos e científicos, considerando a disponibilidade, a qualidade e a comparabilidade dos dados.

A escolha dos indicadores de desempenho do PAEDS é um processo iterativo dinâmico. **Embora a equipe consultora tenha proposto um conjunto preliminar de indicadores, apresentados em anexo, estes devem ser considerados como um ponto de partida para um diálogo mais aprofundado e uma análise crítica no momento da avaliação ex-post.** A seguir, apresentamos indicadores preliminares, selecionados com base na expertise técnica da equipe consultora e em alinhamento com as ideias-força, os resultados, as ações e os projetos do PAEDS [1].



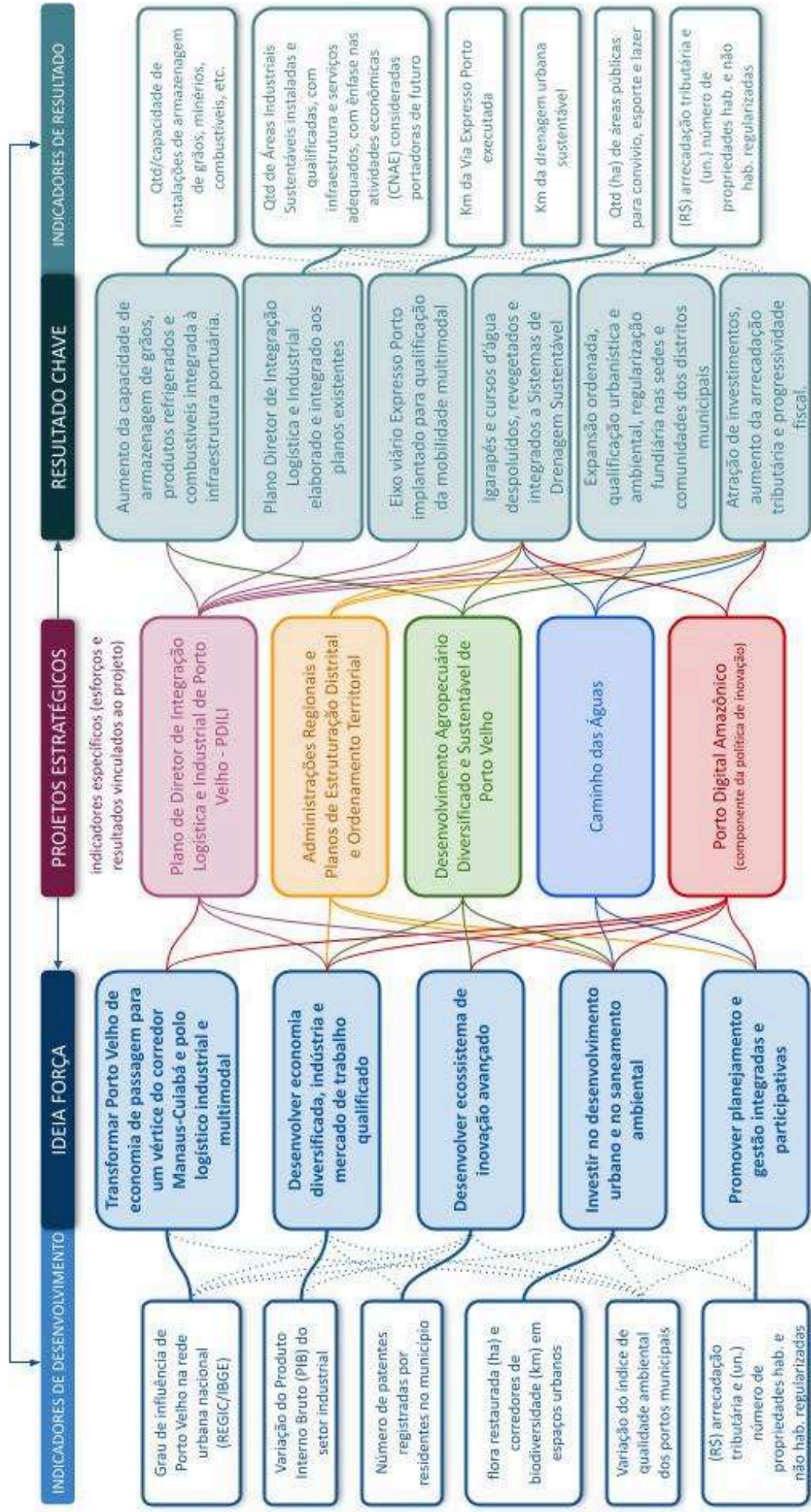
Fonte: elaboração própria.

[1] No entanto, reconhecemos que a seleção final dos indicadores deve ser guiada por uma abordagem participativa e colaborativa, envolvendo diversos stakeholders e especialistas.

O Quadro a seguir exemplifica, para o caso dos cinco projetos estratégicos, a **relação de coerência e complementariedade entre, os Indicadores de Desenvolvimento, Ideias Força, Resultados Chave e Indicadores de Resultado.**

Observa-se que **cada um dos projetos está associado a mais de uma Ideia Força e contribui para mais de um indicador de Resultado Chave. No entanto, cada Resultado Chave corresponde a um Indicador predominante essencial para a avaliação do Projeto.**

# RELAÇÃO ENTRE PROJETOS, IDEIAS-FORÇA, RESULTADOS CHAVE E INDICADORES



Fonte: elaboração própria.

## 4.4. Sistema de informações PAEDS

O modelo de governança do PAEDS-PVH deve reconhecer a importância de um sistema de informações robusto e transparente para garantir o acesso público aos dados de Porto Velho e o acompanhamento da implementação do Plano. Esse sistema, ferramenta essencial para a gestão eficiente e transparente, deve ser concebido e implementado de forma a garantir informações precisas e atualizadas para apoiar a tomada de decisão e facilitar as atividades da administração e participação pública.

A implementação do sistema municipal de informações envolve uma série de **etapas**, iniciando com o (i) **planejamento**, a partir da definição dos objetivos do sistema e dos indicadores chave; dando sequência ao (ii) **desenvolvimento**, por meio da escolha de tecnologias e do desenvolvimento de software ou plataforma eletrônica, caso necessário; à (iii) **implementação**, conduzindo a implantação e integração do sistema com outras plataformas, caso necessário; à (iv) **capacitação**, com o treinamento de usuários e administradores do sistema; e à (v) **operação e manutenção**, realizando o monitoramento contínuo e garantindo suporte técnico e atualizações ao sistema.

Para seu funcionamento adequado, serão necessários os seguintes requisitos: **infraestrutura tecnológica** adequada para suportar o sistema, com servidores, redes e equipamentos; **medidas para proteção de dados** contra acessos não autorizados e perdas, garantindo a segurança da informação; **capacitação de pessoal**, com treinamentos de funcionários para operar e manter o sistema; garantia da capacidade de **integração com outros sistemas e bases de dados existentes** no município, a fim de possibilitar a interoperabilidade com outros sistemas municipais; e a adoção de uma **interface amigável**, garantindo acessibilidade para funcionários e munícipes.

**Os procedimentos envolvidos na gestão** dos dados inseridos no sistema municipal de informações incluem: **a coleta**, a partir da identificação de fontes (internas e externas) e tipos (primários e secundários) de dados e da definição de métodos e periodicidade para a coleta; **o armazenamento**, por meio da definição de bases de dados e de sistemas de armazenamento seguro; **a análise**, com o uso de ferramentas e métodos para análise e interpretação; **a atualização**, com procedimentos para garantir que os dados estejam sempre atualizados; e **o backup e a recuperação**, prevendo medidas para garantir a recuperação de dados em caso de falhas.

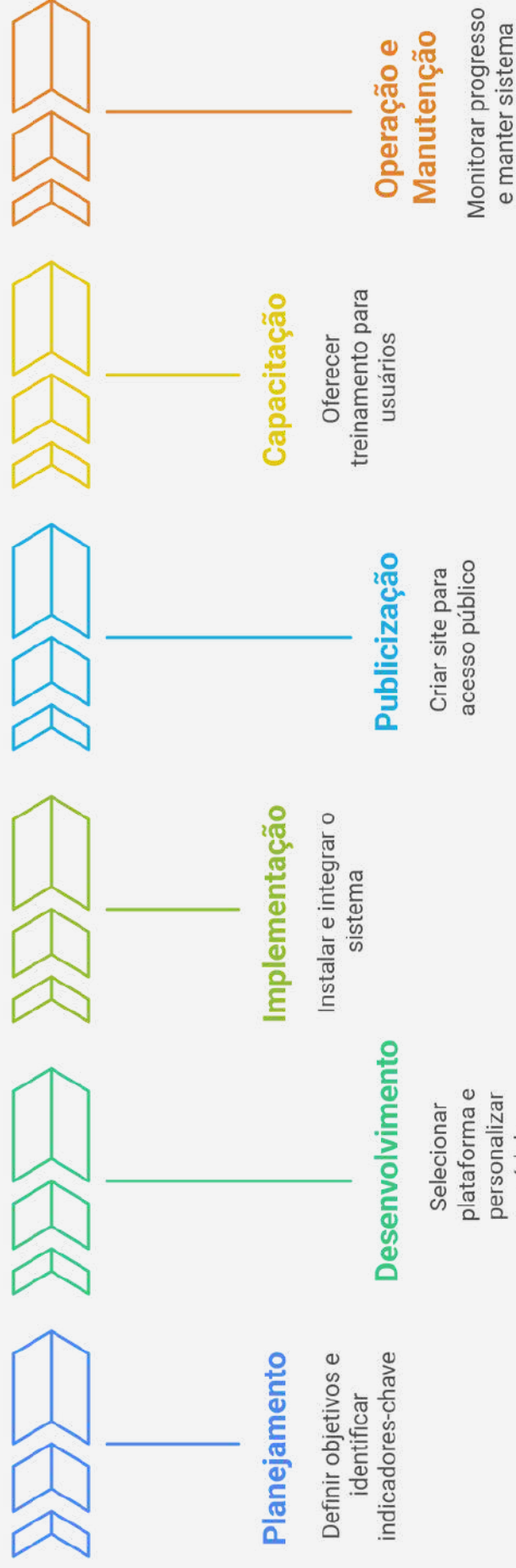
Por fim, para a **publicização** eficaz do sistema, uma série de medidas devem ser tomadas, como: o **desenvolvimento de um site** vinculado ao portal da Prefeitura de Porto Velho no qual os dados são acessados pela sociedade; a **publicação de relatórios** periódicos com análises e estatística de interesse público; o desenvolvimento de **aplicativos móveis** para facilitar o acesso à informação pelo público; o uso de **mídias sociais** para divulgar informações e engajar a comunidade; e a realização de **audiências e eventos públicos** para apresentação de dados e obtenção de feedback da população.

Para demonstrar o funcionamento prático do sistema de informações na governança do PAEDS, podemos descrever como as etapas, requisitos, procedimentos e medidas de publicização se aplicam no contexto do plano:

ETAPAS	REQUISITOS, PROCEDIMENTOS E MEDIDAS DE PUBLICIZAÇÃO
Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Comitê Gestor do PAEDS, em conjunto com o Gabinete de Governança e UGP, define os objetivos do sistema de informações do PAEDS.</li> <li>• A UGP identifica os indicadores-chave do PAEDS que serão monitorados no sistema, tendo por referência as sugestões contidas no Produto 3 – Diagnostico do PAEDS e no presente relatório – item 4.3 Indicadores de Desempenho</li> </ul>
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A SGG com apoio da Superintendência de Ti define e seleciona uma plataforma de software para o sistema de informações do PAEDS, considerando requisitos como capacidade de integração com outros sistemas municipais, segurança da informação e acessibilidade para diferentes usuários.</li> <li>• A UGP com apoio da superintendência de <u>ti</u> personaliza a plataforma, criando módulos para o registro de dados dos projetos, geração de relatórios de acompanhamento, visualização de indicadores e interação com a sociedade civil.</li> </ul>
Implementação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A superintendência de TI da Prefeitura realiza a instalação e configuração do sistema de informações do PAEDS, integrando-o com o sistema de gestão orçamentária e outros sistemas relevantes.</li> <li>• A UGP realiza testes para garantir o funcionamento correto do sistema e a integridade dos dados.</li> </ul>
Publicização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Prefeitura cria um site específico para o PAEDS, integrado ao portal da Prefeitura de Porto Velho, onde a sociedade pode acessar dados sobre os projetos, resultados alcançados e informações sobre a gestão do plano.</li> </ul>
Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Prefeitura oferece treinamento para os funcionários da UGP, Comitê Gestor, Secretarias Municipais e outros órgãos envolvidos na gestão do PAEDS, ensinando-os a utilizar o sistema para inserir dados, gerar relatórios e acompanhar os resultados dos projetos.</li> <li>• Também são oferecidos treinamentos para representantes da sociedade civil, mostrando como acessar as informações do PAEDS, participar de fóruns de discussão online e enviar sugestões.</li> </ul>
Operação e Manutenção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A UGP utiliza o sistema de informações do PAEDS para monitorar continuamente o progresso dos projetos, identificar desvios e gerar relatórios para o Gabinete de Governança, Comitê Gestor e demais partes interessadas.</li> <li>• A equipe técnica da Prefeitura realiza a manutenção do sistema, garantindo sua segurança, atualizando o software e oferecendo suporte aos usuários.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria.

**FIGURA 3- PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO PAEDS**



FONTE: FUNPAR, 2025

# 5. GESTÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS



## 5.1 Estrutura Analítica de Projetos (\*)

A EAP é uma ferramenta essencial para decompor os projetos estratégicos em componentes menores e mais gerenciáveis. No caso do PAEDS, a EAP deve ser estruturada de forma hierárquica, definindo as seguintes etapas:

- Objetivo do projeto: definir o objetivo principal do projeto estratégico.
- Fases do projeto: dividir o projeto em fases ou etapas sequenciais.
- Entregas: definir cronograma e as entregas (produtos ou serviços) de cada fase do projeto.
- Pacotes de trabalho: decompor as entregas em pacotes de trabalho menores e mais específicos.
- Atividades: definir as atividades necessárias para completar cada pacote de trabalho.

O principal objetivo deste modelo é garantir que os projetos estratégicos do PAEDS-PVH sejam executados de forma eficiente e eficaz, cumprindo seus objetivos, prazos e orçamentos, e, assim, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável de Porto Velho.

O anexo 1 apresenta um dos cinco projetos estratégicos - Plano Diretor de Integração Logística e Industrial de Porto Velho - PDILI - revisado com base no presente modelo de gestão. O anexo 2 traz o quadro sintético dos demais projetos.

## 5.2 Funcionamento

O modelo para a gestão de projetos deve funcionar de forma cíclica, acompanhando as diferentes fases dos projetos estratégicos, desde o planejamento até a conclusão. As principais etapas do ciclo são:

- Coleta de dados: coletar dados sobre o andamento das atividades, o cumprimento dos prazos, a utilização dos recursos e os resultados alcançados.
- Análise de dados: analisar os dados coletados, comparando-os com o planejamento, identificando desvios e tendências.
- Relatórios de monitoramento: elaborar relatórios periódicos que apresentem o status dos projetos, os resultados alcançados, os desafios encontrados e as medidas corretivas adotadas.
- Comunicação e tomada de decisão: compartilhar os relatórios de monitoramento com o Comitê Gestor, promover a comunicação entre os diferentes atores envolvidos e tomar decisões estratégicas para garantir o sucesso dos projetos.
- Avaliação: realizar avaliações periódicas para verificar a efetividade do modelo de monitoramento, identificar oportunidades de melhoria e garantir que os projetos estejam contribuindo para os objetivos do PAEDS.

(\*) Em Dezembro de 2024 a equipe da Funpar produziu manual e realizou sessões presenciais de capacitação em gestão e EAP para servidores municipais.

## 5.3. Estrutura

A estrutura do modelo deve ser organizada de forma a garantir a eficiência e a comunicação entre os diferentes atores. Os principais componentes da estrutura são:

- Equipe de gestão: responsável pela coleta, análise e comunicação dos dados de monitoramento.
- Comitê Gestor e UGP: responsáveis por tomar decisões estratégicas com base na diretrizes do GG e nos relatórios de monitoramento e garantir o alinhamento dos projetos com os objetivos do PAEDS-PVH.
- Sistema de informações: plataforma tecnológica que armazena e processa os dados de monitoramento, gera relatórios e facilita a comunicação entre os atores envolvidos.
- Canais de comunicação: mecanismos de comunicação eficientes para garantir a troca de informações entre a equipe de monitoramento, o comitê gestor e os demais stakeholders.

O modelo para a gestão dos projetos estratégicos do PAEDS, com seus objetivos, EAP, funcionamento, estrutura e equipe qualificada, é essencial para garantir que o plano seja implementado definindo responsabilidades.

A utilização de indicadores relevantes, a análise criteriosa dos dados e a comunicação transparente dos resultados são elementos chave para o sucesso da gestão e para o alcance dos objetivos do PAEDS.

## 5.4. Perfil da Equipe

A equipe para a gestão de cada um dos projetos deve ser composta por profissionais com as seguintes qualificações:

- Conhecimento técnico: conhecimento sobre gestão de projetos, indicadores de desempenho, metodologias de monitoramento e avaliação.
- Habilidade analítica: capacidade de analisar dados, identificar tendências, diagnosticar problemas e propor soluções.
- Comunicação: habilidade de comunicação oral e escrita para elaborar relatórios, apresentar resultados e se comunicar de forma clara e concisa com os stakeholders.
- Organização e planejamento: capacidade de organizar as atividades de monitoramento, definir prazos e cumprir metas.
- Trabalho em equipe: capacidade de trabalhar em equipe, colaborar com outros profissionais e compartilhar informações.
- Comprometimento: comprometimento com os objetivos do PAEDS e com a busca por resultados.

# 6. ORGANOGRAMA INTEGRADO DA GOVERNANÇA DO PAEDS-PVH



## 6.1. Arquitetura Institucional

A governança do PAEDS, é importante lembrar, deve ser considerada como um sistema integrado embora esteja estruturada em dois modelos principais: um para o Poder Público Municipal e outro para a Sociedade Civil Organizada.

**A arquitetura institucional proposta considera os dois modelos, os principais instrumentos e processos, além da relação entre a organização administrativa municipal, o poder legislativo e órgãos colegiados, para a gestão estratégica em longo prazo do PAEDS.**

**Cabe à unidade Gestora do PAEDS (UGP) a função de operacionalizar esta articulação segundo as diretrizes do Gabinete de Governança (GG) e em associação ao Comitê Gestor (Grupo de Trabalho Setor Público) e a Comissão Sociedade Civil Organizada ( Grupo de Trabalho SCO).**

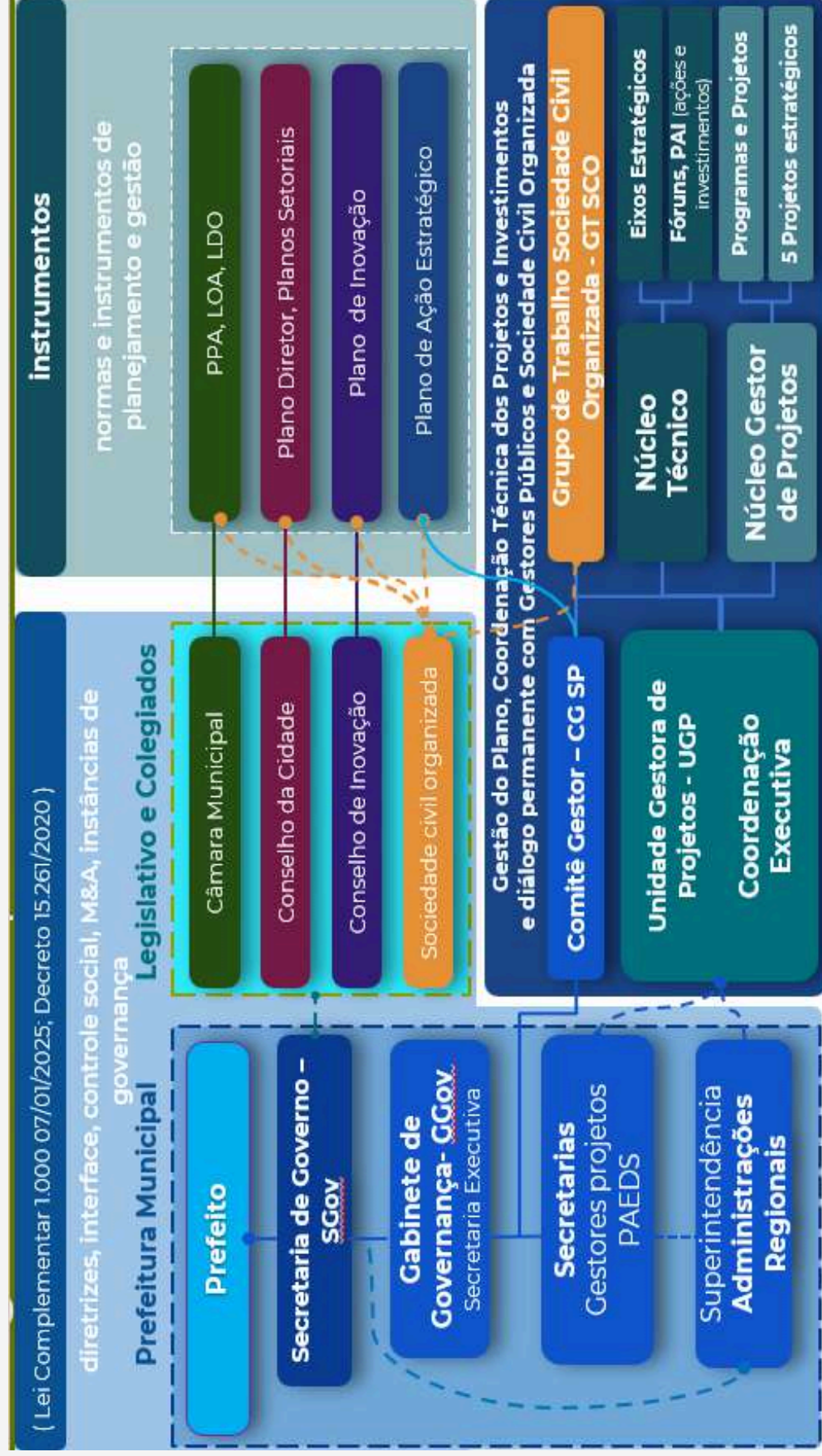
O **nível estratégico** do PAEDS cabe ao Gabinete de Governança, assessorado pelo Comitê Gestor SP e a UGP e, ouvindo a cada período do Plano o Grupo de Trabalho SCO. Os principais instrumentos neste nível são, O Plano Diretor e os Planos Setoriais, as normas orçamentarias (PPA, LDO e LOA) em articulação com a Câmara de Vereadores e, deliberações ou recomendações de outros conselhos e órgãos colegiados.

O **nível executivo e operacional incluindo o monitoramento e indicadores de resultados**, cabe a UGP em articulação com o Comitê Gestor SP, com as secretarias envolvidas diretamente na execução de projetos e, ouvindo o GT SCO periodicamente e por solicitação.

**A avaliação dos indicadores de desenvolvimento** caberá ao Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Organizada em articulação com o CG SP e a UGP, em eventos específicos, como Fóruns e Audiências Públicas.

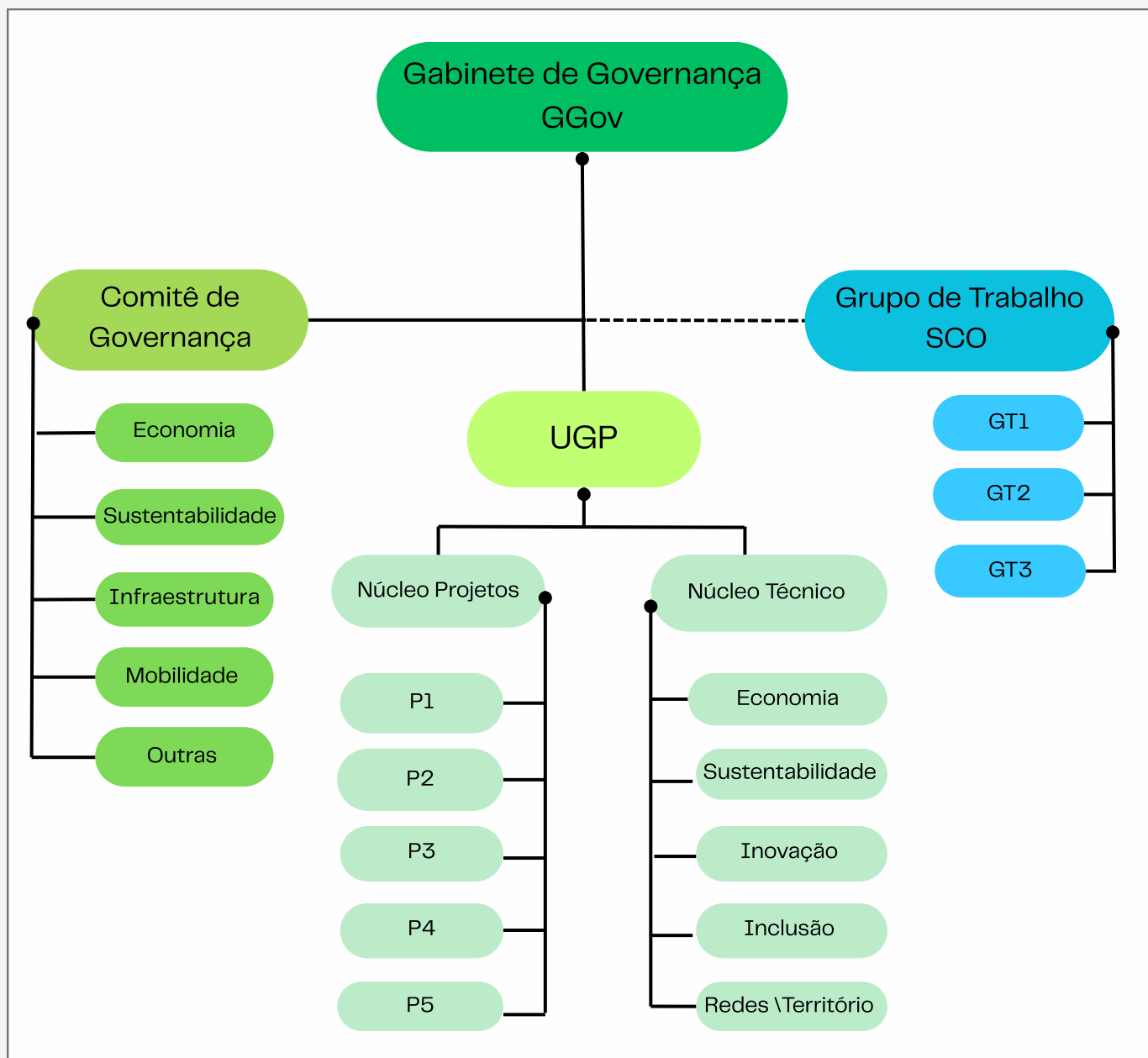
A organização geral da governança do PAEDS incluindo tanto o setor publico como a sociedade civil é apresentado de forma esquemático na figura abaixo.

## ORGANOGRAMA GERAL DO MODELO DE GOVERNANÇA DO PAEDS-PVH



Fonte: elaboração própria.

## Organograma Institucional do PAEDS



Fonte: elaboração própria.

## 6.2. Composição da Equipe

A equipe deve ser organizada e composta principalmente por servidores municipais com dedicação preponderante ao PAEDS, capacitados ou em capacitação segundo o perfil sugerido.

Os técnicos especialistas para apoio a equipe municipal poderão ser especialmente contratados ou cedidos de outras entidades do setor público, do terceiro setor ou do setor privado.

**Recomenda-se que a composição da equipe da governança ocorra em curto prazo para implementação das fase inicial do PAEDS, em sintonia com o cronograma apresentado capítulo 7 e, na seguinte sequência:**

1. Nomear um profissional para a **função de coordenador do CG SP e gerente da UGP**, com experiência superior a dez anos em gestão de equipes e projetos públicos multisetoriais.
2. Indicar até **seis profissionais representantes das secretarias diretamente envolvidas nos projetos do PAEDS** para a formação do CG SP.
3. Indicar **profissionais responsáveis pela gestão de cada projeto selecionado como prioritário para a atual gestão**, preferencialmente servidores com perfil adequado compondo o Núcleo de Projetos da UGP. Poderá haver coincidência com a representação no CG.
4. Designar **um profissional para apoiar o gerente da UGP em administração e secretariado**.
5. Nomear **profissionais especialistas para orientar e acompanhar os eixos transversais do PAEDS** e compor o Núcleo Técnico da UGP.

O modelo proposto deve ser considerado como objetivo a ser alcançado na presente etapa, isto é até 2029. Assim, até lá, **a composição das equipes deve acontecer segundo as prioridades e a capacidade local de mobilização de recursos humanos e financeiros.**

Finalmente, recomenda-se que Grupo de Trabalho da SCO só aconteça após o início da execução dos projetos prioritários e da consolidação da organização e dos métodos gerenciais (Ti) do PAEDS.

# 7. CRONOGRAMA

O cronograma de implementação da governança define as etapas e os prazos para a instituição e a organização dos órgãos e mecanismos de governança conforme ilustrado a seguir.

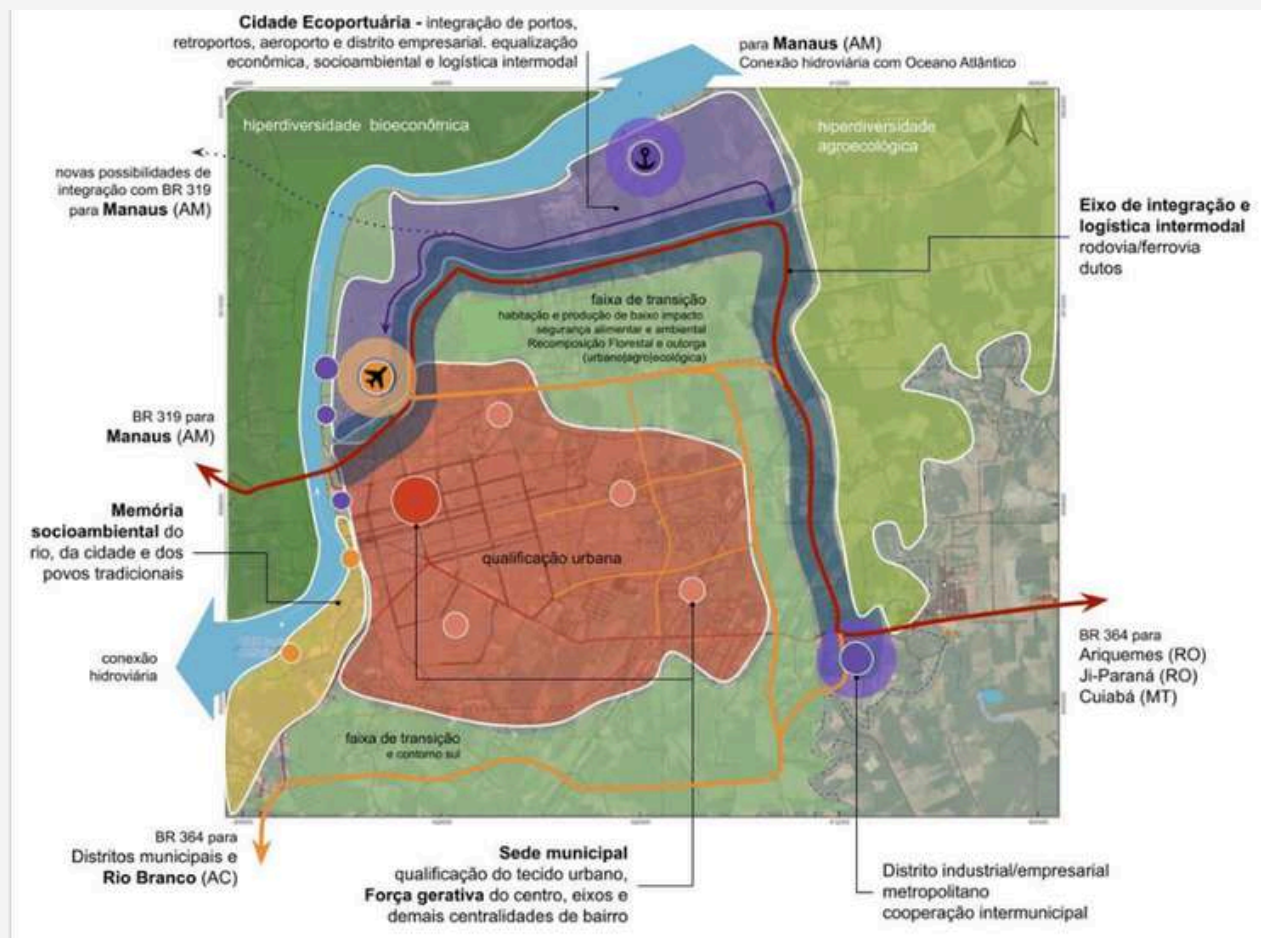
## PAPÉIS E RESPONSABILIDADES DO PAEDS-PVH

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	INÍCIO	TÉRMINO
Integrar PAEDS ao Gabinete de Governança - GGov	Secretaria de Governo - SGov	2025	2025
Elaboração do Regimento Interno do GGov	SGov e GGov	2025	2025
Instituição do Comitê Gestor CG SP e do Gerente Geral do PAEDS.	GGov	2025	2025
Indicação dos projetos prioritários, elaboração do Plano de Trabalho do Comitê Gestor e inclusão de projetos no PPA	Comitê Gestor	2025	2025
Instituição da Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP e definição de gestores de projetos	SGov	2025	2026
Elaboração do Manual de Processos e Métodos da UGP	CG SP e UGP	2025	2026
Desenvolvimento de banco de dados e da Plataforma para gestão, monitoramento e avaliação	SGov/STi, GGov, CG e UGP	2025	2028
Organização do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Organizada . GT SCO	Sociedade Civil Organizada	2026	2027
Realização do 1º Fórum de Avaliação do PAEDS	GGov, CG SP, GT SCO	2029	2029

Fonte: elaboração própria.

# ANEXOS

# ANEXO 1 - Plano de Diretor de Integração Logística e Industrial de Porto Velho - PDILI - revisado com base no modelo de gestão



## 1. Apresentação

Este documento apresenta a reestruturação do projeto PDILI, um dos cinco projetos prioritários do Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do município de Porto Velho (PAEDS-PVH 2030-2050). **O objetivo é alinhar o PDILI aos conceitos, princípios e à estrutura de governança municipal de Porto Velho, detalhando sua execução, monitoramento e avaliação de resultados.**

## 2. Quadro Síntese

**Ideia Força:** “Transformar Porto Velho em um vértice do corredor Manaus-Cuiabá e polo logístico multimodal”.

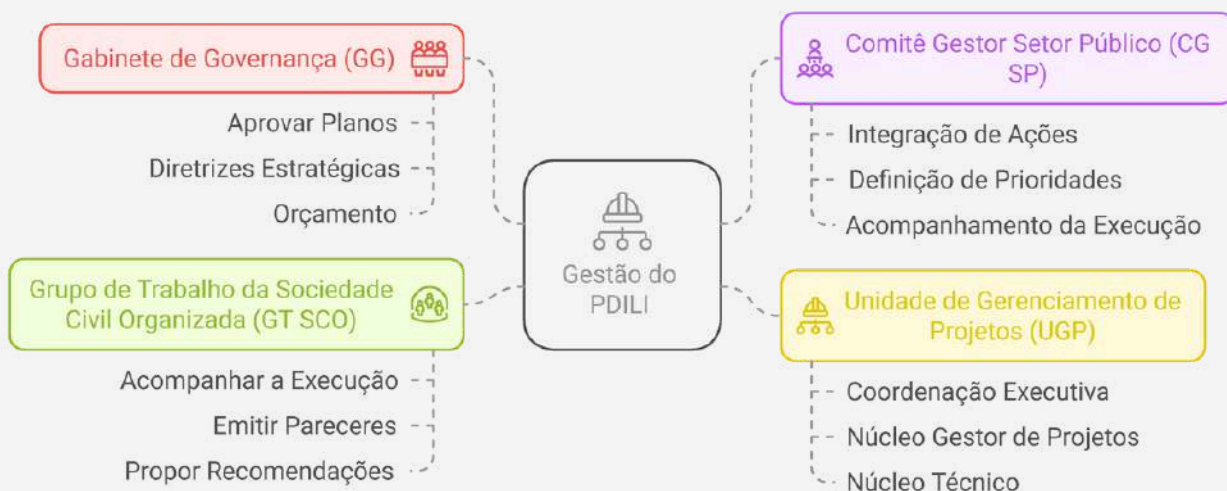
**Ação Principal:** Detalhar e pactuar a proposta do Termo de Referência para a confecção de um Plano Diretor de Logística e Industrial que integre a infraestrutura e as atividades logísticas multimodais, considere as oportunidades para o desenvolvimento industrial e serviços de apoio, e aprimore as relações com o urbano e o ambiente no município de Porto Velho.

**Estratégia:** Ampliar a eficiência e a abrangência dos ativos logísticos existentes, mediante integração e complementaridade da infraestrutura e dos serviços, oportunizando a geração de estoques (armazenagem) de matérias-primas para insumos industriais e diversificação do parque industrial e de serviços.

### 3. Estrutura de Governança do Projeto

A gestão do PDILI seguirá a estrutura de governança proposta para o PAEDS:

- Gabinete de Governança (GGov): Órgão de "alta administração" responsável por aprovar planos, diretrizes estratégicas, orçamento e cronograma geral do PDILI, assegurando o alinhamento com o planejamento municipal (PPA, LDO, LOA) e o Plano Diretor.
- Comitê Gestor Setor Público (CG SP): Colegiado formado por representantes das secretarias municipais executoras (ex: Economia, Infraestrutura, Mobilidade, sustentabilidade - a ser redefinida conforme nova estrutura), deverá indicar o responsável pela gestão e integração das ações do PDILI com as secretarias, definição de prioridades anuais, acompanhamento da execução e monitoramento e avaliação de resultados.
- Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP): Responsável direta pela coordenação e execução operacional do PDILI junto com outros projetos alocados ao Núcleo Técnico da UGP. Irá supervisionar o cronograma do projeto, a qualidade dos entregáveis, integrar com outros projetos em execução, e com os especialistas nos eixo transversais do PAEDS, monitorar indicadores, elaborar relatórios, coordenar reuniões do CG SP e GT SCO, além de articular com entidades externas e a sociedade civil.



#### 4. Estrutura Analítica do Projeto (EAP) e Atividades

A execução do PDILI será monitorada seguindo a metodologia descrita no Modelo de Governança, potencialmente utilizando uma Estrutura Analítica de Projeto (EAP). As etapas e atividades originais do PDILI são reorganizadas sob esta ótica:

Objetivo Principal: Elaborar Termo de Referência para o Plano Diretor de Logística e Industrial.

##### Fase 1: Planejamento e Organização (Prazo: 1 mês)

- Entrega 1.1: Plano de Trabalho Detalhado e Aprovado.
  - Atividade 1.1.1: Consolidação do Plano de Trabalho.
- Entrega 1.2: Mapeamento e Engajamento de Atores.
  - Atividade 1.2.1: Identificação e organização dos atores chave e intervenientes (públicos e privados).
  - Atividade 1.2.2: Comunicação com atores chave, identificação de diretrizes e condicionantes.
- Entrega 1.3: Estratégia de Comunicação.
  - Atividade 1.3.1: Organização de mídia para comunicação do PDILI.

##### Fase 2: Levantamentos Preliminares e Atualização da Base Cartográfica (Prazo: 2 meses)

- Entrega 2.1: Relatório de Planos e Projetos Relevantes.
  - Atividade 2.1.1: Identificação e sistematização de planos/projetos relevantes (Quadrante Rondon, concessões Hidrovia/BR-364, EF-354, investimentos estrangeiros, operadoras privadas).
- Entrega 2.2: Base Cartográfica Atualizada (escalas 1:20.000 e 1:5.000).
  - Atividade 2.2.1: Atualização cartográfica indicando equipamentos (portos, aeroporto, ferrovias, rodovias, terminais, armazéns), infraestrutura viária, zonas industriais, polos geradores de tráfego, APPs, UCs, reservas.

### **Fase 3: Levantamentos e Análise do Sistema Logístico e Fluxos (Prazo: 4 meses)**

- Entrega 3.1: Diagnóstico de Movimentação de Cargas e Passageiros.
  - Atividade 3.1.1: Levantamento e análise da movimentação de cargas (tipo, modo, O/D, volume/peso).
  - Atividade 3.1.2: Levantamento e análise da movimentação de passageiros (modo, motivo, O/D).
- Entrega 3.2: Diagnóstico da Capacidade e Uso da Armazenagem.
  - Atividade 3.2.1: Levantamento e análise da armazenagem (área, capacidade, localização, gestão, tipo, custos).
  - Atividade 3.2.2: Identificação de atividades econômicas que agregam valor aos produtos armazenados.
- Entrega 3.3: Análise de Gargalos e Sinergias.
  - Atividade 3.3.1: Análise dos conflitos e complementaridades do sistema logístico com desenvolvimento urbano, comunidades e meio ambiente.

### **Fase 4: Projeções e Análise de Potencial (Prazo: 3 meses)**

- Entrega 4.1: Projeções de Demanda (Cargas e Passageiros - horizontes 10 e 20 anos).
  - Atividade 4.1.1: Projeção do movimento de cargas.
  - Atividade 4.1.2: Projeção do movimento de passageiros.
- Entrega 4.2: Análise de Viabilidade para Geração de Estoques e Diversificação Econômica.
  - Atividade 4.2.1: Análise da viabilidade de geração de estoques e infraestrutura de armazenagem.
  - Atividade 4.2.2: Correlação entre produtos (import/export), potencial de estoque e atividades econômicas sustentáveis.
  - Atividade 4.2.3: Avaliação de necessidades de espaço físico e localização industrial/serviços.
  - Atividade 4.2.4: Avaliação de alternativas de organização comercial para gestão de estoques/armazéns e incentivos.

## Fase 5: Propostas, Plano de Ação e Consolidação (Prazo: 6 meses)

- Entrega 5.1: Proposta de Projetos Básicos e Ações.
  - Atividade 5.1.1: Proposição de projetos básicos (estudos preliminares/viabilidade) e ações para integração logística, áreas retroportuárias, terminais, infraestrutura de apoio, sustentabilidade, inovação, inclusão social, redes cooperativas.
  - Atividade 5.1.2: Inclusão de projetos/ações de mitigação de impactos urbano-ambientais.
  - Atividade 5.1.3: Elaboração de fluxograma de correlação dos projetos/atividades.
  - Atividade 5.1.4: Projeto de acessibilidades (curto, médio, longo prazo), não conflitantes com áreas urbanas e expansão.
  
- Entrega 5.2: Plano de Ação e Investimentos (PAI).
  - Atividade 5.2.1: Identificação de nome, atividade principal, resultado/meta, empregos gerados, orçamento (capex/opex), fontes de recursos, necessidade de pessoal, prazo, responsáveis/intervenientes para cada projeto/ação.
  
- Entrega 5.3: Proposta de Modelo de Gestão e Organização Comercial.
  - Atividade 5.3.1: Proposição de organização para gestão do PDILI (planejamento, implantação, monitoramento, avaliação).
  - Atividade 5.3.2: Proposição de organização comercial (pública/privada) para gestão de estoques/armazéns.
  
- Entrega 5.4: Sumário Executivo e Consolidação do PDILI.
  - Atividade 5.4.1: Consolidação do plano estratégico (relação logística x espaço urbano/produtivo/ambiental).
  - Atividade 5.4.2: Proposta de zoneamento de uso/ocupação do solo no entorno e recomendações para o Plano Diretor de PVH.
  - Atividade 5.4.3: Elaboração do sumário executivo e "templates" de cada projeto.

## Síntese da Estrutura Analítica do Projeto (EAP) e Atividades



## 6. Indicadores de Desempenho

Os indicadores serão definidos e monitorados pela UGP, seguindo a metodologia do Modelo de Governança, divididos em:

- **Indicadores de Resultado (IR) - Foco na Efetividade Operacional (Curto/Médio Prazo):**

- % de Atividades do PDILI concluídas no prazo/orçamento.
- N° de Atores Chave e unidades administrativas engajadas no plano.
- Nível de integração das ações com o Plano Diretor Municipal e Base Cartográfica Atualizada.
- Diagnósticos de fluxos e armazenagem por setor ou atividade.
- Número e viabilidade dos Projetos Básicos propostos.
- Aprovação do Termo de Referência final pelas instâncias de governança (CG SP, GG).

- **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) - Foco nos Impactos Sistêmicos (Longo Prazo):**

- **Econômicos:**

- Aumento do PIB de Porto Velho relativo a RO, Brasil, Amazônia Legal.
- Aumento da capacidade de armazenagem (toneladas/tipo).
- Redução do custo logístico (R\$/tonelada ou % do valor do produto).
- Número de novas empresas/indústrias instaladas nos setores alvo.
- Diversificação da matriz industrial (% de participação de novos setores).

- **Sociais:**

- Número de empregos diretos/indiretos gerados.
- Variação do IDH ou indicadores de qualidade de vida nas áreas de influência.
- Redução de conflitos de uso (tráfego de cargas x mobilidade urbana).

- **Ambientais:**

- Índice de Desempenho Ambiental (IDA) dos portos e instalações.
- Redução de emissões/impactos ambientais relacionados à logística.
- Nível de conformidade com o zoneamento proposto.

- **Territoriais/Governança:**

- Alterações na centralidade regional de Porto Velho (REGIC IBGE).
- Fortalecimento da posição de PVH em negociações (qualitativo).

## 6.1. Roteiro para definição e monitoramento de Indicadores de Desempenho

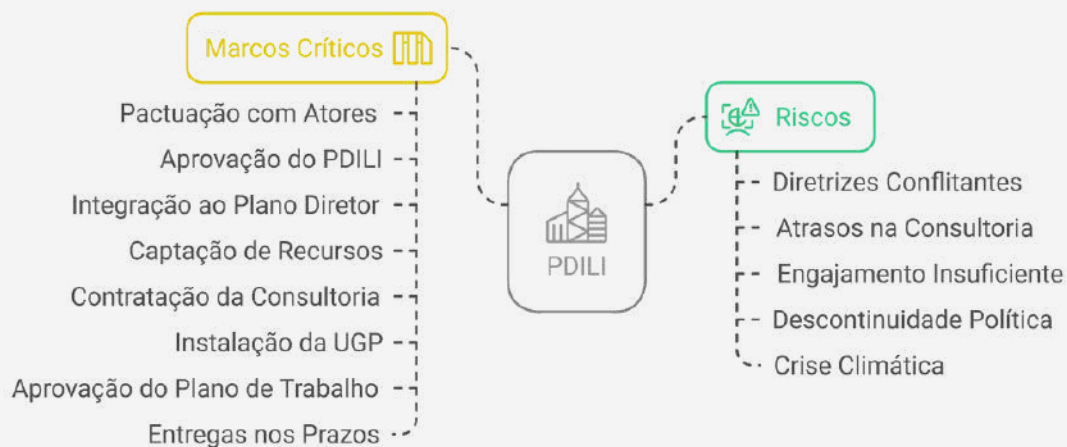


## 7. Monitoramento e Avaliação

- **Monitoramento Contínuo:** Realizado pela UGP, com coleta e análise de dados, acompanhamento dos IR, relatórios periódicos para o CG SP e GT SCO, painéis visuais e visitas técnicas.
- **Avaliação Periódica:**
  - Anual: Avaliação dos IR pela UGP e CG SP.
  - Estratégica (Marcos PAEDS: 2035, 2040, 2045, 2050): Avaliação dos IDS e reorientação do plano, conduzida por entidade externa, com participação do GT SCO e Fóruns de Discussão.
- **Controle:** Auditoria interna, controle orçamentário, avaliação de eficiência/eficácia pela Controladoria e GG.
- **Articulação:** Reuniões regulares entre UGP, CG SP, GG e GT SCO; integração com PPA, LDO, LOA e Plano Diretor; consultas públicas.
- **Transparência:** Publicação de informações na Plataforma Online (a ser criada), relatórios, atas de reuniões.

## 8. Riscos e Marcos Críticos

- **Riscos:** Diretrizes conflitantes (governos), atrasos/problemas na contratação da consultoria, composição inadequada ou baixo engajamento das instâncias de governança (GG, CG SP, UGP, GT SCO), descontinuidade política/orçamentária, entregas insuficientes da consultoria, crise climática.
- **Marcos Críticos:** Pactuação com atores estaduais/federais, aprovação do PDILI pelo governo municipal, integração ao Plano Diretor e PPA, captação de recursos, contratação da consultoria, instalação da UGP e CG SP, aprovação do Plano de Trabalho Detalhado, entregas das fases nos prazos.



## 9. Recursos e Orçamento

- **Valor Estimado para Elaboração do PDILI (Termo de Referência):** R\$ 3,7 milhões; Inclui custos com equipe de consultoria (principal e apoio), material, levantamentos, atualização cartográfica, eventos, viagens, impostos e BDI.
- **Recursos Humanos Internos (Prefeitura):** Gestor/Fiscal, especialistas em planejamento urbano/regional, logística, economia, comunicação, apoio administrativo/jurídico/financeiro, geoprocessamento, obras. Estes atuarão principalmente na UGP e CG SP.
- **Recursos Humanos Externos (Consultoria):** Equipe chave multidisciplinar com experiência em planejamento urbano/regional, logística portuária/rodoviária, economia, ambiental, análise de dados, direito (concessões/PPPs), navegação.
- **Fontes de Financiamento Potenciais :** Orçamento municipal/estadual/federal, “Rota Quadrante Rondon” bancos de fomento (BNDES), fundos (FGTS), instituições multilaterais (BID, Banco Mundial), Orçamento Estadual para o aprimoramento da infraestrutura logística de Rondônia, parcerias público privadas.

Esta estrutura de documento, que simula o detalhamento do projeto com base no modelo de governança, visa garantir que o PDILI seja desenvolvido e, posteriormente, implementado de forma alinhada à estratégia municipal de longo prazo (PAEDS-PVH), com governança clara, participação social, monitoramento eficaz e foco em resultados sustentáveis para Porto Velho.

## ANEXO 2 - Projetos estratégicos - quadro síntese

PROJETO 1	
Plano de Diretor de Integração Logística e Industrial de Porto Velho – PDILI	
Ideia Força	“Transformar Porto Velho em um vértice do corredor Manaus–Cuiabá e polo logístico multimodal”
Potencial	O Terminal Autorizado e Portos Organizados de PV movimentaram 8 milhões t. este ano. Cerca de 10% do total de cargas interioranas movimentadas no País. ANTAQ 2024
Ação Principal	Elaborar um Termo de Referência para a confecção de um Plano Diretor de Logística e Industrial que integre, a infraestrutura e as atividades logísticas multimodais, considere as oportunidades para o desenvolvimento industrial e serviços de apoio e, aprimore as relações com o urbano e o ambiente no município de Porto Velho.
Estratégia	Ampliar a eficiência e a abrangência dos ativos logísticos existentes, mediante integração e complementariedade da infraestrutura e dos serviços e, ao mesmo tempo, em que oportuniza a geração de estoques (armazenagem) das matérias primas, atualmente de passagem, como insumos tanto para importação e exportação, como para a instalação de indústrias de beneficiamento da matéria e produtos de maior valor agregado diversificando o parque industrial e de serviços.
Responsável e Intervenientes	Agência de Desenvolvimento de PV e SEMPOG PMV Dnit, Antaq, Anac, Empresa de Planejamento e Logística – EPL, Governo do Estado de Rondônia: Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos; Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura – SEDI, – Sociedade de Portos e Hidrovias –SOPH Sindicatos
Principal Resultado e Indicadores	Identificação e Priorização de projetos integrados que deverão Gerar Empregos, Diversificação Industrial e Serviços, Redução dos custos de logística, Resiliência Climática e aumento da Força Gerativa da Cidade.
Beneficiários Principais	Diretos: Produtores de bens e operadores importação/exportação localizados no médio Madeira; Empresas do setor de logística e mobilidade; Setor industrial e serviços. Indiretos: Comunidade geração de novos empregos e redução de conflitos como urbano, organizando acessibilidades independentes para operação do complexo portuário e industrial de Porto Velho.
Prazo de Execução	360 dias
Valor Estimado	R\$3,7 milhões

Fonte: elaboração própria.

## PROJETO 2

### Administrações Regionais e Planos de Estruturação Distrital e Ordenamento Territorial

Ideia Força	Promover planejamento e gestão integrada e participativa
Potencial	Sedes distritais com população superior a 10 mil habitantes (48% dos municípios brasileiros têm até 10 mil habitantes). Melhoria da prestação de serviços públicos, redução das desigualdades regionais e estímulo ao desenvolvimento urbano, econômico e ambiental local.
Ações Principais	Instalação de 3 Administrações Regionais, elaboração e implementação de Planos Distritais de Ordenamento Territorial (PEDOT), capacitação e participação comunitária.
Estratégia	A partir da avaliação das vocações e da experiência das administrações regionais, promover a descentralização administrativa mediante ampliação do governo digital incluindo avanços no planejamento territorial e urbano participativo, investimento em infraestrutura, regularização fundiária e fomento das atividades produtivas regionais sustentáveis.
Principais Responsáveis e Intervenientes	Secretaria Geral de Governo SGG, SEMPOG e Secretaria Municipal de Administração Distrital (Transição), Administrações Regionais, Núcleos Distritais, Comunidade organizada dos distritos, Bancos públicos e Organismos nacionais e internacionais de cooperação.
Principais Resultados	Melhoria na prestação de serviços (eficiência, eficácia, efetividade), desburocratização, redução das desigualdades, desenvolvimento urbano sustentável, fomento das atividades produtivas regionais sustentáveis e geração de empregos, participação cidadã, legitimidade e continuidade de políticas públicas regionais e integridade territorial.
Beneficiários Principais	Governo municipal e servidores, administradores regionais, população residente nos distritos, empresas e instituições locais e investidores.
Prazo de Execução	54 meses

Fonte: elaboração própria.

---

## PROJETO 3

### Desenvolvimento Agropecuário Sustentável e Diversificado

Ideia Força

Desenvolver economia diversificada e mercado de trabalho moderno e dinâmico

Potencial

Sedes distritais com população superior a 10 mil habitantes (48% dos municípios brasileiros têm até 10 mil habitantes). Melhoria da prestação de serviços públicos, redução das desigualdades regionais e estímulo ao desenvolvimento urbano, econômico e ambiental local.

Ações Principais

- Estruturação do Centro Agropecuário de Porto Velho
- Realização do 1º Censo Agropecuário de Porto Velho
- Lançamento do Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Porto Velho

Principais Responsáveis e Intervenientes

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEMAGRIC

Principais Resultados

- Elevação da renda das propriedades rurais (classe média rural)
- Manejo adequado das florestas
- Adoção de práticas de cultivos ambientalmente sustentáveis na atividade rural

Beneficiários Principais

- Diretos: 12.000 propriedade agrícolas, especialmente pequenas e médias, e 45.000 residentes rurais
- Indiretos: População urbana de Porto Velho e outras cidades do Estado vizinhas à Porto Velho, que poderão se beneficiar com a produção rural diversificada, de qualidade e menor custo.

Prazo de Execução

3 anos

Valor estimado

R\$ 9.033.620

Fonte: elaboração própria.

---

## PROJETO 4

### Caminho das Águas

Ideia Força	Investir no Desenvolvimento Urbano e no Saneamento Ambiental
Potencial	Mitigação de enchentes, despoluição de igarapés, ambientação de espaços públicos verdes, melhoria da qualidade de vida e aumento da resiliência climática. Demonstração da viabilidade das Soluções Baseadas na Natureza – SbN como modelo replicável para os Distritos e outras cidades.
Ações Principais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar infraestrutura verde como “wetlands” construídos, jardins de chuva, valetas de biorretenção e bacias de retenção/detenção.</li> <li>• Restaurar margens de igarapés incluindo revegetação estruturando uma rede corredores ecológicos com plantio de espécies nativas.</li> <li>• Desenvolver parques lineares e áreas de convivência integradas às áreas revitalizadas.</li> <li>• Promover educação ambiental e engajamento comunitário através de oficinas, campanhas e formação de comitês locais.</li> <li>• Monitorar continuamente a qualidade da água, biodiversidade, redução de alagamentos e indicadores sociais, utilizando tecnologias como sensores remotos e SIG.</li> </ul>
Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resgate do “Habitat Amazônico”- relação comensal entre, moradia, igarapé e flora.</li> <li>• Integrar soluções de drenagem sustentável com restauração ecológica para mitigar impactos socioambientais em áreas críticas.</li> <li>• Priorizar regiões vulneráveis a enchentes e com alta degradação ambiental, promovendo resiliência climática e inclusão social.</li> <li>• Demonstrar a eficácia e replicabilidade das SbN para transformar a gestão de recursos hídricos e influenciar políticas públicas.</li> </ul>
Responsáveis e Intervenientes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prefeitura de Porto Velho</li> <li>• Secretarias Municipais (Meio Ambiente, Obras, Planejamento, etc.)</li> <li>• Universidades e Institutos de Pesquisa</li> <li>• ONGs Ambientais</li> <li>• Comunidades locais</li> <li>• Empresas Privadas (via PPPs)</li> <li>• Organismos Internacionais (Banco Mundial, BID, GEF, GCF)</li> </ul>
Principais Resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recuperação de áreas degradadas e melhoria da qualidade da água.</li> <li>• Redução da frequência e intensidade de enchentes.</li> <li>• Ampliação de espaços públicos verdes e aumento da biodiversidade urbana.</li> <li>• Fortalecimento da cultura amazônica e participação comunitária na gestão ambiental.</li> <li>• Desenvolvimento de um modelo replicável, culturalmente adaptado, de intervenção urbana sustentável.</li> <li>• Melhoria da saúde pública e das condições de moradia.</li> <li>• Valorização urbana e atração de investimentos.</li> </ul>
Beneficiários Principais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Moradores de áreas próximas aos igarapés revitalizados (diretos).</li> <li>• População de Porto Velho (indiretos).</li> <li>• Usuários dos espaços públicos criados.</li> <li>• Empreendedores locais e setor turístico.</li> </ul>
Valor estimado	R\$ 9.033.620

Fonte: elaboração própria.

## PROJETO 5

### PORTO DIGITAL AMAZÔNICO

Ideia Força	Desenvolver ecossistema de inovação avançado
Potencial	Criação de parque tecnológico e ambiente de inovação
Ações Principais	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implementar programas de educação profissional e tecnológica em áreas de TI.</li><li>• Criar centro de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias para a gestão pública.</li><li>• Criar uma incubadora de empresas de base tecnológica.</li><li>• Construção e implementação do espaço físico do Porto Digital Amazônico.</li><li>• Prestar serviços tecnológicos de consultoria e assessoria.</li></ul>
Estratégia	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fomentar o surgimento e fortalecimento de atividades econômicas do setor privado na área de software e tecnologia da informação.</li><li>• Oferecer soluções tecnológicas para a gestão pública municipal em áreas como saúde, educação e gestão urbana.</li></ul>
Responsável e Intervenientes	<ul style="list-style-type: none"><li>• Prefeitura de Porto Velho</li><li>• Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho</li><li>• Secretaria Municipal de Educação</li><li>• Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão</li><li>• Comunidade Local</li><li>• Conselho Municipal de Inovação</li><li>• Investidores</li></ul>
Principais Resultados	<ul style="list-style-type: none"><li>• Revitalização de espaço urbano de Porto Velho.</li><li>• Aumento da oferta de cursos de qualificação profissional em áreas tecnológicas.</li><li>• Capacitação tecnológica para estudantes do ensino médio.</li><li>• Aumento do número de empresas privadas em atividades tecnológicas.</li><li>• Criação de empregos qualificados e aumento da renda da população.</li><li>• Fortalecimento do ecossistema de inovação de Porto Velho.</li><li>• Maior interação entre universidades, empresas e centros de pesquisa.</li><li>• Geração de negócios tecnológicos com soluções inovadoras para o setor público.</li></ul>
Beneficiários Principais	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estudantes do ensino médio e técnico.</li><li>• Graduados e profissionais que buscam qualificação em áreas tecnológicas.</li><li>• Empreendedores e startups.</li><li>• Empresas e instituições que buscam soluções inovadoras.</li><li>• Pesquisadores e cientistas.</li><li>• Comunidade em geral.</li></ul>
Prazo de Execução	72 meses ou 24 trimestres

Fonte: elaboração própria.